

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

Transformações na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis: os efeitos da
patrimonialização da Festa do ponto de vista de seis interlocutores

Brasília

2021

Flávia da Costa Ferreira Mendonça

Transformações na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis: os efeitos da
patrimonialização da Festa do ponto de vista de seis interlocutores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Antropologia, Departamento de
Antropologia, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Cristiane da Silva

Brasília

2021

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Professora Kelly Cristiane da Silva, do Departamento de Antropologia da UnB, por ter topado participar deste projeto comigo. Foram inúmeros os desafios e, em todos eles, você me apontou direções e indicou caminhos. A você, o meu muitíssimo obrigada!

Gostaria de agradecer também aos meus interlocutores: Esmeralda, Lunildes, Adail, Celmo, João Paulo e Augusto. Esta pesquisa só foi possível, porque pude contar com os relatos compartilhados por vocês quando estive em Pirenópolis no ano de 2019. Espero que este trabalho lhes seja útil!

Agradeço também à Kátia, funcionária da Prefeitura de Pirenópolis, por ter compartilhado comigo o contato dos organizadores da Festa e por ter sido tão prestativa quando precisei!

Agradeço à Rosa, funcionária do Departamento de Antropologia da UnB, por toda a ajuda prestada no que tange à resolução de questões burocráticas envolvendo este trabalho!

Agradeço à Flávia e ao Adalberto pela acolhida em uma das minhas visitas de campo a Pirenópolis. Agradeço também à Ingrid Orlandi, filha do Adalberto e minha ex-supervisora no Memorial dos Povos Indígenas, por ter promovido este encontro ao saber que eu faria uma pesquisa sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis.

Agradeço a todos os integrantes do LEEG (Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações), grupo coordenado pela Professora Kelly Silva. Em especial, à Andreza Benila.

Agradeço à Sara Morais, técnica do Iphan e parecerista deste trabalho, com quem dialoguei sobre questões fundamentais acerca da política de patrimonialização. Muito obrigada por todas as considerações e leitura mais-que-atenta do meu trabalho!

Agradeço ao Professor Henyo Barretto, do Departamento de Antropologia da UnB, por ter me permitido cursar como ouvinte a sua disciplina de *Metodologia em Antropologia*, ofertada à pós-graduação no primeiro semestre de 2019.

Agradeço aos meus pais, Patrícia e Carlos, por terem me incentivado a continuar com este projeto. Meus parceiros nesta e em outras empreitadas. Amo muito vocês!

Agradeço à minha irmã e amiga, Maria Cristine, por ter me perguntado semestralmente, desde 2018, quando seria a defesa deste trabalho. Esta pergunta me incentivou a continuar!

Agradeço a todos os meus amigos. Amo vocês!

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu parceiro, Israel Araújo, por ter estado ao meu lado neste processo de pesquisa e escrita tão desafiador. Sem você, nada disso teria sido possível!

GUARDAR

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.

CICERO, Antonio. Guardar: poemas escolhidos.
3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006 (apud Iphan, 2017, p. 34).

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso resulta da vontade de sintetizar alguns conhecimentos adquiridos durante a graduação em Antropologia na Universidade de Brasília sobre a política do patrimônio cultural imaterial. O procedimento de registro do patrimônio imaterial é analisado, aqui, a partir das transformações observadas na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis por seis interlocutores com os quais conversei em 2019, quando estive na cidade de Pirenópolis realizando trabalho de campo. A Festa foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil, em 2010, tendo se transformado desde então, mas não apenas – transformações na Festa do Divino de Pirenópolis ocorrem desde que ela começou a ser celebrada na cidade, em 1819. Algumas transformações, aquelas contadas por Esmeralda, Adail, Lunildes, Celmo, Augusto e João Paulo, foram registradas neste trabalho para pensarmos mais detidamente sobre os efeitos do registro do patrimônio imaterial e sobre a etapa de “apoio e fomento” do procedimento de registro.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial; Iphan; Festa do Divino Espírito Santo; Pirenópolis.

Abstract

This Conclusion Work aims at synthesizing some of the knowledge acquired during an undergraduate course in Anthropology from the University of Brasilia, Brazil, about the policy of intangible cultural heritage. The procedure for registering intangible heritage is analyzed here from the transformations observed in the *Festa do Divino Espírito Santo* (The Holy Spirit Celebration) in Pirenópolis, a small city close to Brasília, the capital of Brazil, by six interlocutors with whom this researcher spoke to in 2019, when doing fieldwork there. The festival was recognized as a Cultural Heritage of Brazil in 2010, having been transformed since then, but not only – transformations in the *Festa do Divino* de Pirenópolis have occurred since it began to be celebrated there, in 1819. Some transformations, those narrated by Esmeralda, Adail, Lunildes, Celmo, Augusto and João Paulo, were registered in this work so that we can think more closely about the effects of registering intangible heritage and about the “support and promotion” stage of the registration procedure.

Key Words: Intangible Heritage; Iphan; The *Festa do Divino Espírito Santo*; Pirenópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mascarado no campo das cavalhadas	14
Figura 2 - Centro histórico de Pirenópolis com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário ao fundo.....	21
Figura 3 - Coroa e cetro dispostos no altar entre as velas e entre o ostensório e a figura de Jesus Cristo.....	29
Figura 4 - Senhoras “fazedoras” de verônicas cortando a massa do doce para enfeitá-lo com os símbolos sagrados da Festa	30
Figura 5 - Mascarados percorrendo o cavalcadouro desordenadamente, “sem qualquer narrativa aparente” (Silva, 2018).....	35
Figura 6 - Mascarado vestido como um templário. Um dos ganhadores do prêmio entregue pela Prefeitura aos mascarados mais bem vestidos da edição de 2019	37
Figura 7 - No cartaz está escrito: "A batalha mais tradicional de Goiás. Venha participar dessa história”	40
Figura 8 - Segundo dia das cavalhadas de Pirenópolis. Cavaleiros mouros (de roupas vermelhas) sendo batizados pelos cavaleiros cristãos (de roupas azuis) na figura do Pároco da Igreja Matriz, Padre Augusto.....	41
Figura 9 - Adail folheando as páginas do Dossiê da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (2017)	42
Figura 10 - Titulação de Patrimônio Cultural do Brasil conferida, pelo Iphan, à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, em 13 de maio de 2010.....	47
Figura 11 - Oficina de Flores na casa do patrimônio do Iphan em Pirenópolis-GO	53
Figura 12 - Oficina de Máscaras no Museu do Divino. Centro Histórico de Pirenópolis-GO.....	53
Figura 13 - Algumas das peças fabricadas por Lunildes.....	61
Figura 14 - Cavaleiro cristão no campo das cavalhadas.....	64
Figura 15 - Mascarados "de índio" no campo das cavalhadas	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela extraída do livro O Divino, O Santo e A Senhora, de Carlos Rodrigues Brandão	33
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	12
1.1 O DILEMA SEMÂNTICO TORNADO VISÍVEL.....	12
1.1.1 Pensar o patrimônio cultural a partir da teoria antropológica	15
1.1.2 Marco legal.....	16
1.1.3 A teoria vivida (em homenagem à Prof. ^a Mariza Peirano).....	17
1.1.4 A crise de identidades e a sociedade fragmentada	18
1.2 PIRENÓPOLIS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
1.3 A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS	25
1.3.1 Os diferentes momentos da Festa	31
1.4 OS MASCARADOS	34
1.5 AS CAVALHADAS	37
CAPÍTULO 2	43
2.1 O DOSSIÊ DE REGISTRO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS	43
2.1.1 A commodificação da cultura.....	43
2.1.2 Processo de patrimonialização e o papel do Iphan.....	46
2.1.3 Medidas de salvaguarda da Festa	52
2.2 OS EFEITOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS IMATERIAIS	54
CAPÍTULO 3	56
3.1 OS EFEITOS DO REGISTRO AOS OLHOS (E SENTIDOS) DE SEIS INTERLOCUTORES	56
3.1.1 Esmeralda	56
3.1.2 Lunildes	60
3.1.3 Adail	63
3.1.4 Celmo	68
3.1.5 João Paulo	70
3.1.6 Padre Augusto	74
3.2 BREVES APONTAMENTOS.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXO A.....	85

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender quais são os significados atribuídos por seis interlocutores pirenopolinos¹ ao registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural do Brasil em 2010. Ao fazer isto, o Iphan está reconhecendo o valor cultural atribuído por “festeiros”² à Festa do Divino Espírito Santo como patrimônio. Para tanto, a Festa é alçada à categoria de Patrimônio Cultural do Brasil quando é incluída em um dos quatro livros de registro do patrimônio imaterial ou intangível.

O que é o procedimento de registro? O que acontece depois que o patrimônio é registrado? Para que serve o registro e quem são os interessados no procedimento? Estas são algumas das perguntas que serão respondidas ao longo deste trabalho, que tem como objetivo aproximar o leitor da discussão sobre o patrimônio imaterial, bem como refletir sobre a seguinte ideia presente em Tamaso (2005): “o compromisso maior do Estado-nação” começaria de fato com a “difusão” (p. 21) – com ações de apoio e fomento (informação verbal)³ –, e não terminaria nesta última etapa do registro, como somos levados a pensar.

O Decreto do Patrimônio Imaterial é uma novidade na legislação brasileira⁴ – foi publicado nos anos 2000. Desde então, considerável quantidade de trabalhos sobre o tema foi produzida com o intuito de analisar, interpretar e descrever a política do patrimônio imaterial.

¹ São eles: Esmeralda (artesã), Lunildes (artesã), Celmo (Imperador da Festa de 2019), Adail (rei cristão das cavalhadas), João Paulo (Imperador da Festa de 2018) e Augusto (pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário).

² Termo nativo usado para se referir àqueles que “fazem” a Festa do Divino de Pirenópolis.

³ De acordo com Sara Morais, antropóloga e técnica do Iphan, o termo técnico para se referir à última etapa do procedimento de registro é “apoio e fomento”. Informação fornecida por Morais em maio de 2021. Portanto, ao invés de utilizar a ideia de “divulgação”, como o faz Tamaso (2005, p. 21), para referir-me à última etapa do procedimento de registro, opto por utilizar a terminologia sugerida por Morais (2021), combinada com a ideia presente em Tamaso (2005, p. 21). Entendo a escolha que faz Tamaso (2005) ao relacionar ações de apoio e fomento à ideia de divulgação do patrimônio pelo Iphan – o que será explicado mais à frente.

⁴ Há controvérsias se podemos falar em “novidade da política” passados mais de 20 anos da publicação do Decreto 3.551/00, do patrimônio imaterial. Porém, se compararmos o decreto do patrimônio material, de 1937, com o decreto do patrimônio imaterial, dos anos 2000, podemos perceber a predileção dos técnicos do serviço do patrimônio (SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1946) em considerar como tal aqueles objetos da cultura material de “elevado” valor histórico – o que significou a predominância de bens tombados do século XVIII, localizados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (Rubino, 1996, p. 99-102).

Este trabalho, portanto, insere-se nesta agenda maior de pesquisas sobre a dimensão imaterial do patrimônio, e é uma proposta de análise da última etapa do procedimento de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis do ponto de vista de seis detentores do patrimônio com os quais conversei em campo.

Como este é um tipo de patrimônio que, para ser protegido, requer o contato direto de técnicos do Iphan com a comunidade detentora do bem, é de se imaginar que favoreça o aparecimento de questões relativas a contextos específicos. Portanto, é improvável que os efeitos do registro sejam os mesmos para cada comunidade de detentores implicada no processo.

Assim sendo, este trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo 1, serão discutidas algumas questões norteadoras dos estudos sobre patrimônio cultural – o que mudou na política do patrimônio com a edição do Decreto 3.551/00? o que significa registrar o patrimônio cultural de natureza imaterial? Ainda neste capítulo, conheceremos o município de Pirenópolis, no estado de Goiás, e a cidade de Pirenópolis, em que é realizada a Festa do Divino Espírito Santo há 202 anos. No capítulo 2, proponho pensarmos nas razões para a instauração do procedimento de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis — o que estaria ligado à construção da imagem de Pirenópolis como uma cidade “histórica” e “turística”—, além de propor o contraste entre o que foi realizado até agora pelo Iphan para salvaguardar a Festa com aquilo que seis interlocutores observaram que mudou na Festa após o seu registro pelo Iphan – esta última parte, já integrando o capítulo 3.

Para concluir, saliento que, apesar de o objeto deste trabalho ser o registro do patrimônio imaterial a partir da análise da patrimonialização da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, o que se observa em termos de produção de dados extrapola o objetivo inicial. O que quero dizer com isto é que, por mais que as perguntas colocadas aos seis interlocutores tivessem a ver com as transformações por eles observadas após o registro da Festa pelo Iphan, o conjunto das respostas obtidas mostrou-se muito mais complexo e dinâmico do que a intenção por detrás das perguntas.

Os seis interlocutores com os quais conversei falaram sobre os efeitos do registro da Festa pelo Iphan, mas contaram também uma série de outras histórias que se relacionam diretamente com as suas trajetórias de vida. Portanto, os dados apresentados

no capítulo 3 corroboram e extrapolam aquilo que foi dito nos dois capítulos anteriores sobre patrimônio cultural e cultura popular.

A discussão teórica contou com ideias desenvolvidas, sobretudo, por antropólogos. José Gonçalves (2005) aparece neste trabalho com a ideia de patrimônio como “categoria de pensamento”; a menção ao trabalho de Izabela Tamaso (2005) justifica-se por sua reflexão sobre o papel do Estado-nação no procedimento de registro do patrimônio imaterial; o artigo de Bruno Silva (2018) trouxe contribuições importantes para pensar o processo de espetacularização do ritual das cavalcadas, assim como as reflexões no artigo de Ulpiano Meneses (2012) sobre as mudanças na política cultural do patrimônio com a publicação do Decreto 3.551/00; recorro ao trabalho de Peter Nas (2002) para entender melhor a crise de identidades no século XX e o paradoxo da política do patrimônio cultural; por fim, as ideias de Néstor Canclini (1997) aparecem aqui para retomarmos o processo de nacionalização da cultura popular e a sua consequente ressignificação e readequação frente a este processo.

Capítulo 1

1.1 O dilema semântico tornado visível

O meu problema de pesquisa – refletir sobre as transformações na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis passados quase dez anos do seu registro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Cultural do Brasil –, levou-me ao encontro de outra problemática que, em um primeiro momento, não aparecia como anterior à inquietação inicial.⁵ Visitei Pirenópolis quatro vezes em 2019 para realizar pesquisa de campo em Antropologia,⁶ requisito para a produção de etnografia sobre os efeitos da patrimonialização da Festa do Divino do ponto de vista dos detentores do patrimônio.

Pirenópolis é um município do estado de Goiás – localizado na região centro-oeste do país –, com uma população de aproximadamente 25.000 habitantes, de acordo com a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020.⁷ Marcado pela ascensão e pelo declínio de diferentes ciclos econômicos, estabelece-se como cidade turística na segunda metade do século XX, quando sua população passa a depender cada vez mais da circulação de turistas como meio de geração de renda.

Antes de começar a etapa da pesquisa de campo, estava certa de que faria as seguintes perguntas aos meus interlocutores: i) quais os “bens” e “expressões culturais” valorizados por cada um como patrimônio cultural, isto é, a que bens e expressões atribuem valor cultural? (Meneses, 2012); e ii) foram percebidas mudanças significativas na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis desde o seu registro⁸ pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil?

A primeira conversa que tive sobre a Festa⁹, em uma das minhas primeiras visitas de campo a Pirenópolis, foi com uma artesã chamada Esmeralda, que vende artefatos

⁵ Enquanto realizava as entrevistas, pude perceber que perguntar sobre as transformações observadas na Festa do Divino ao longo dos anos fazia mais sentido para os meus interlocutores do que relacionar, a priori, a Festa à categoria de patrimônio.

⁶ As visitas foram nos meses de janeiro, fevereiro, maio e junho. Passei, mais ou menos, um mês ao todo fazendo trabalho de campo na cidade.

⁷ Para acessar esta informação, entrar no sítio eletrônico do IBGE: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pirenopolis/panorama>> Último acesso em: 23 abr. 2021.

⁸ O tombamento é o mecanismo de proteção do patrimônio material, e o registro, o mecanismo de proteção do patrimônio imaterial.

⁹ A partir de agora, utilizo o termo “Festa” fazendo referência à “Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis”.

feitos à mão na “mais tradicional” loja de artesanatos da cidade, a PIRETUR. Por telefone, marcamos um encontro presencial para conversarmos sobre o seu trabalho. Na ocasião da conversa, Esmeralda explicou-me que a loja foi criada pela Prefeitura como forma de alavancar a venda de artesanato local produzido principalmente por mulheres, que tiram boa parte do seu sustento com a venda de peças na loja.¹⁰ A conversa seguiu com a artesã me contando um pouco mais sobre o fabrico manual das peças e sobre o seu envolvimento com a Festa.

Antes de nos encontrarmos pela primeira vez, enquanto andava pela cidade pensando em como conseguiria o contato dos envolvidos com a organização da Festa do Divino, passei no Centro de Atendimento ao Turista de Pirenópolis (CAT), apresentei-me dizendo que era estudante de graduação em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB), interessada nos estudos sobre patrimônio cultural, quando me indicaram visitar a “mais tradicional” loja de artesanatos da cidade, a PIRETUR.

Chegando lá, notei que quase todas as peças à venda – ímãs de geladeira, chaveiros, lápis, cadernetas, bloquinhos – estavam decoradas com a imagem de uma pomba branca, um dos sete símbolos cristãos para representar o Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade. Além dos diferentes artefatos decorados com a imagem da pomba, encontrei curiosas figuras esculpidas em papelão, todas muito coloridas e trabalhadas, que lembravam cabeças de bois, com os seus longos e robustos chifres. Nas etiquetas afixadas às peças, constava a assinatura e o telefone celular de Esmeralda.

A artesã expõe suas peças em casa, na lojinha do Museu das Artes do Divino¹¹ e na PIRETUR. Além de confeccionar pequenas réplicas das máscaras usadas pelos “mascarados” – tradicional personagem da Festa –, ela molda flores em papel crepom,

¹⁰ Na página do *Facebook* da PIRETUR está escrito: “Em atividade há mais de 20 anos na cidade de Pirenópolis, a PIRETUR é um espaço para divulgação e comercialização do artesanato local, funciona através de uma parceria entre a prefeitura - que disponibiliza o local e os funcionários, e os artesãos - que se encarregam de oferecer um artesanato comprometido com a identidade cultural do município. O artesanato é comercializado através do sistema de consignação onde é acrescentado um pequeno percentual [de 20%] sobre o produto a ser vendido, valor este que ajuda na manutenção do espaço, material de divulgação e embalagens para presente e viagem. Para muitos artesãos esta parceria entre prefeitura e associações é fundamental, já que uma das grandes dificuldades que o artesão enfrenta está justamente na falta de espaços que possibilitem a divulgação e comercialização de seus produtos. Para a prefeitura, o artesanato além de gerador de renda, serve como um instrumento de propagação da cultura e das tradições locais, tornando-se assim uma ferramenta fundamental para movimentar o mercado turístico na região.” (*Facebook* da PIRETUR, 2014). Informação acessada pela última vez em 05 jul. 2020.

¹¹ O Museu das Artes do Divino localiza-se na antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Pirenópolis, construída em 1919 como réplica idêntica da original, de 1733. Informação disponível em <<https://www.pirenopolis.go.gov.br/municipio/a-cidade>> Último acesso em 08 jul. 2020.

que vende aos que saem “de mascarado” no momento da Festa para enfeitarem a si e os seus cavalos¹² (ver figura 1). Desde muito jovem, ela ajuda esses rapazes, alguns dos quais são seus vizinhos, a se arrumarem para a Festa. Em contato com eles, encantou-se pela beleza do personagem, a quem atribui a importante função de espantar maus espíritos, e decidiu que produziria as tais máscaras como *souvenirs* para vender nos pontos turísticos da cidade.



Figura 1: Mascarado no campo das cavalhadas. Os mascarados entram em campo nos intervalos das cavalhadas - auto dramático que encena a batalha medieval entre Carlos Magno e os Doze Pares de França contra o sultão da Mauritânia (os mouros), no século VIII (Veiga, 2012, p. 166 apud Silva, 2018, p. 78). Foto: Flávia Mendonça. 2019.

Ao caminhar pelas ruas de pedra do centro histórico de Pirenópolis, não pude deixar de notar que os bancos de madeira das praças públicas estavam enfeitados com estátuas do personagem “mascarado” em uma de suas extremidades – para que os interessados (turistas e visitantes em geral, esta é a minha hipótese) tirem fotos com ele, que já se tornou símbolo da cidade. E não só os bancos de madeira nos remetem à tradição

¹² As flores de crepom vão “na cara do cavalo e do lado, enfeitam o animal todinho”. Trecho da entrevista realizada com Esmeralda em 20/02/2019.

local, como a identidade da cidade se confunde com a iconografia da Festa do Divino Espírito Santo¹³ (Silva, 2018, p. 79).

A Festa tornou-se símbolo representativo da cidade de Pirenópolis, manifestação cultural importante do estado de Goiás e patrimônio cultural do Brasil, passando, formalmente, de patrimônio local a bem cultural da sociedade brasileira – o que exige da sociedade como um todo engajamento para a preservação e a valorização do bem comum.

1.1.1 *Pensar o patrimônio cultural a partir da teoria antropológica*

O patrimônio cultural funciona como “elemento mediador” entre domínios social e simbolicamente construídos (Gonçalves, 2005, p. 16) em função do seu “potencial de interlocução” (Meneses, 2012, p. 30). Para os efeitos deste trabalho, resalto o papel do patrimônio como elemento mediador entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, que coloca em diálogo a população local, a sociedade civil e o poder público.

Como as “tradições”¹⁴ são expressões vivas dos modos de ser e estar no mundo de determinados grupos, a elas são atribuídos novos significados “no contexto de formação da identidade nacional, e é somente assim que recebem novas funções e uma razão para continuar” (Nas, 2002, p. 142 – tradução da autora).

Apesar da afirmação tão generalista e categórica do antropólogo Peter Nas (2002), com ela fica claro que no processo de formação da identidade nacional, as referências culturais dos “grupos tradicionais” são ressignificadas, em virtude da necessidade de se estabelecer a “homogeneidade ideológica” da nação (Canclini, 1997, p. 43).¹⁵

Portanto, cabe pensar no papel que cumpre o Iphan como instituição do Estado brasileiro responsável por estabelecer o diálogo com grupos populares, oferecendo-lhes a

¹³ Para o antropólogo Bruno Silva (2018, p. 79), a iconografia da cidade e da Festa do Divino Espírito Santo têm se confundido com a das cavalhadas. Concordo com a afirmação do autor e explicá-la-ei adiante, quando adentrar no tópico sobre as cavalhadas (1.5).

¹⁴ Opto por utilizar a categoria entre aspas ao longo deste trabalho para dar a entender que tradição é, em realidade, uma categoria dotada de certa maleabilidade, capaz de fazer alusão a diferentes referenciais e comportar diferentes significados a depender de quem a aciona. Com isso, procuro demonstrar que tradição não é algo estático e que pertence, necessariamente, ao passado; é, pelo contrário, uma dimensão da vida social constantemente reatualizada e modificada. Portanto, “preservar a tradição” significa, em última análise, preservar na mudança, ou seja, encontrar formas de lidar com as intempéries que, porventura, possam surgir em meio à transformação da tradição.

¹⁵ “A espancização da população indígena e a exaltação do seu capital cultural na forma de um patrimônio comum a todos os Mexicanos foram alguns dos meios escolhidos”, explica o antropólogo Néstor García Canclini (1997, p. 43) sobre o processo de nacionalização da cultura popular mexicana, que é semelhante ao de outros países latino-americanos, como o Brasil.

possibilidade de “exaltação do seu capital cultural na forma de um patrimônio comum a todos (...)” (Canclini, 1997, p. 43).

Retomo a conversa com Esmeralda, depois de indagá-la algumas vezes sobre os impactos sentidos pelos pirenopolinos na dinâmica da Festa após o seu reconhecimento pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil; o que a levava a falar sobre o aumento do fluxo de turistas na cidade.

Ao perceber que a minha interlocutora demonstrava sinais de cansaço, resolvi me levantar. Naquele momento, de modo repentino e inesperado, ela se lembrou da vez em que foi contratada pelo Iphan para dar uma oficina de flores com o objetivo de ensinar a alunos da rede pública como fazer tal artefato ligado à Festa do Divino de Pirenópolis. A iniciativa promovida pelo instituto pretendeu criar um elo entre as novas gerações e os produtores do patrimônio local como forma de contribuir com a reprodução e a transmissão da “tradição” ao longo do tempo.¹⁶

1.1.2 *Marco Legal*

A revisão da política patrimonial – com a edição do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000¹⁷ –, traz como uma novidade dentre outras a salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, que significa “apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido de melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência” (Sítio eletrônico do Iphan apud Lima et al., 2014, p. 231 e 232).

Para o Iphan, salvaguardar não significa restringir o acesso ao bem cultural pelo grupo criador e portador do bem; pelo contrário, a política propõe torná-lo um dos representantes da diversidade cultural brasileira, divulgando-o como parte constitutiva de uma ideia de Brasil mais plural e multicultural.

Outra novidade da política se deve ao fato de que o Estado brasileiro passa apenas a reconhecer o valor cultural atribuído pelos diferentes grupos ao seu patrimônio; ou seja, não é o poder público quem define e institui o que é o patrimônio imaterial: são os grupos

¹⁶ Para maiores informações sobre a oficina promovida pelo Iphan em 2017, acessar o *site* <<http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/4359/>> Último acesso em: 10 jan. 2021.

¹⁷ A nova Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, prepara o terreno para a publicação do Decreto Presidencial nº 3.551/2000, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Iphan, 2012).

“produtores de valor” que devem solicitar o registro junto ao Iphan (Meneses, 2012, p. 34).

Assim como a dimensão imaterial do patrimônio não existia oficialmente para o Estado brasileiro até a edição do Decreto 3.551, o Brasil que valoriza a sua diversidade cultural também precisou ser inventado por meio da reformulação de sua identidade nacional e memória coletiva.¹⁸ Diante disso, perguntamo-nos: não existir base legal e jurídica é o mesmo que dizer que nunca existiram? Veremos que não.

Para aclarar sobre o procedimento de registro do patrimônio imaterial, cumpre listar cada uma de suas etapas: i) identificação; ii) documentação; iii) registro; e iv) apoio e fomento (Iphan, 2012, p. 30). Logo, o procedimento não acaba na etapa do registro, que compreende a inscrição do bem em um (ou mais) dos quatro Livros de Registro¹⁹ do patrimônio imaterial. Pelo contrário, a preservação começaria de fato com o apoio e o fomento.²⁰

1.1.3 *A teoria vivida (em homenagem à Prof.^a Mariza Peirano)*

Em conversa com Esmeralda, pude compreender melhor o significado de salvaguarda ou preservação para o Iphan, já que aquela teria sido a primeira vez que ouvi um interlocutor fazer alusão às medidas de apoio e fomento do ritual de registro²¹; ainda que as categorias “salvaguarda”, “patrimônio”, “apoio” e “fomento” não tenham aparecido na fala da artesã. Após refletir sobre esta experiência, tive maior clareza sobre o que o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 17) quer dizer com o argumento de que patrimônio é, em realidade, uma “categoria de pensamento”,

(...) [devido ao] seu caráter milenar e sua ampla distribuição geográfica. Está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir (Fumaroli, 1997, p. 101-116 apud Gonçalves, 2005, p. 17).

Embora fizesse perguntas com termos mais ou menos estranhos ao linguajar cotidiano dos meus interlocutores – que certamente conhecem as categorias, mas não as utilizam com a mesma frequência para falar sobre os mesmos assuntos –, quando a

¹⁸ Os artigos 215 e 216 da CF 1988 reconhecem a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e estabelecem outras formas de preservação além do tombamento, como o inventário e o registro (Iphan, 2012, p. 18 e 19).

¹⁹ “O decreto criou quatro Livros de Registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares” (Iphan, 2010, p. 24).

²⁰ Veremos o que isso significa adiante, a partir da ideia trabalhada pela antropóloga Izabela Tamasso (2005).

²¹ Refiro-me ao momento em que Esmeralda se lembrou da oficina proposta pelo Iphan em 2017.

palavra “patrimônio” vinha acompanhada de “Festa do Divino Espírito Santo”, o tom da conversa mudava, e os respondentes se sentiam visualmente mais à vontade para conversar comigo sobre a celebração, carregada de momentos sagrados – de homenagem e louvor ao Espírito Santo –, e profanos – de apreciação estética e manutenção dos vínculos sociais²². Um transeunte que perguntasse sobre a Festa e não soubesse da titulação ou sobre o Iphan, certamente perceberia que ela tem enorme apelo entre os pirenopolinos: é motivo de orgulho, mobiliza a atenção, suscita lembranças e gera identificação com a cidade.

Como pode ter soado estranho a alguns dos meus interlocutores as perguntas que fazia me referindo à Festa como patrimônio imaterial ou intangível, tendo em vista que “o fluxo da vida social seria impensável sem os objetos materiais e sem o corpo humano (...)” (Mauss, 2003, p. 319-348 apud Gonçalves, 2005, p. 26). O que seria a Festa sem as roupas, as comidas, sem as bandeiras, as máscaras, as flores, a coroa e todo o conjunto de técnicas necessárias à sua construção e ao seu uso?²³ (Gonçalves, 2005, p. 22).

1.1.4 *A crise de identidades e a sociedade fragmentada*

O patrimônio cultural adquire diferentes contornos e sentidos, circunscreve diferentes objetos e valores, na medida em que o tempo passa e as culturas se atualizam. Ideias milenares, como a de patrimônio – algo a ser resguardado para as futuras gerações por ser um elo entre diferentes temporalidades e espacialidades: o passado e o presente; o velho e o novo; o sagrado e o profano –, não são exclusivas da modernidade, como as instituições modernas nos fazem acreditar por meio da delimitação precisa dos signos circunscritos pela categoria (Gonçalves, 2005).²⁴

Contudo, podemos avaliar a revisão da política do patrimônio cultural como uma forma de valorização, por parte do Estado brasileiro, de bens, conhecimentos e pessoas formadores da sociedade nacional, bem como considerar o *Dossiê de Registro* – o

²² João Divino, um dos meus interlocutores, contou-me, certa vez, que muitos vão à Festa para flertar e encontrar amigos.

²³ Parafraaseio o autor José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 22) quando se pergunta, “o que seria o *kula* sem os colares, braceletes, sem as canoas e todo o conjunto de técnicas necessárias à sua construção e ao seu uso?”.

²⁴ “O processo de patrimonialização estabelece recortes e promove reduções semânticas. O que se patrimonializa não é o fato social total [referindo-se a Marcel Mauss], mas uma versão patrimonial deste fato – as questões que levam à patrimonialização atendem a uma série de valores, de discursos, pressupostos estabelecidos, que enquadram isso que é chamado de bem cultural.” Informação fornecida pela antropóloga e técnica do Iphan, Sara Morais, em maio de 2021.

relatório rico em detalhes sobre o patrimônio que se quer registrar –, como um material de elevada importância histórica e prova física persuasiva da existência de diferentes modos de vida que devem ser respeitados e valorizados.

Peter Nas (2002) explica que a recomendação de proteção e promoção da variedade das culturas humanas é uma resposta internacional à crise de identidades, consequência da interconectividade em escala global e produção de bens de consumo padronizados²⁵, o que desvincula pessoas de certezas e visões de mundo, prejudicando a geração de identificação e o sentimento de pertencimento a grupos e lugares. O problema, portanto, está no fato de que identidade e memória, expressões do espaço e do tempo, “são as duas coordenadas que balizam nossa existência” (Meneses, 2012, p. 27).

No atual contexto de crise, está em curso um movimento paradoxal, que exporta para as nações do globo um modelo de conservação das culturas tradicionais e populares, ao mesmo tempo em que visa frear a globalização da cultura ao propor a valorização das referências culturais de cada lugar (Nas, 2002).

Com isso, podemos afirmar que o patrimônio cultural de um país é a herança material e simbólica legada às gerações mais novas pelas mais velhas. Consta na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2002, a seguinte afirmação: “a diversidade cultural é o patrimônio comum da humanidade”. Isto significa que, aos países membros da ONU, foi recomendada a salvaguarda das culturas tradicionais e populares como forma de constituição de um repertório e de um repositório comum de hábitos e costumes dos povos do globo.

No documento *Patrimônio Cultural Imaterial – Para Saber Mais* (Iphan, 2012), sobre a noção de patrimônio da humanidade, explicam-nos que foi pensada pouco depois da II Guerra Mundial, quando os impactos do conflito são sentidos nos mais variados países e regiões, isto é, quando as perdas humanas e materiais e a crise do pós-guerra são

²⁵ O autor Peter Nas (2002) não relaciona a produção de bens de consumo padronizados à moderna crise de identidades. Quem faz isso é o antropólogo Néstor García Canclini (1993). Segundo este autor, a procura cada vez maior por bens personalizados e customizados é resultado da vontade de distinção daqueles que possuem recursos para tal. Enquanto populações locais procurariam bens manufaturados típicos da modernidade, por serem mais baratos e diferentes daqueles disponíveis localmente (produzidos com materiais sintéticos, por exemplo, como o plástico), os turistas estariam interessados nos artefatos tradicionais, portadores de certa raridade (padrão estético típico da comunidade, trajetória social diferenciada etc.) e que atestam a visita a localidades, por vezes, remotas e excêntricas – incrementando a identidade do visitante com um leque de novas qualidades. Entre esses dois “tipos ideais”, existe um conjunto variado de formas de habitar o mundo moderno.

calculadas como prejuízos à humanidade. A partir daí, a preservação do patrimônio cultural passa a ser concebida como de responsabilidade da comunidade internacional, pelo bem e futuro das nações.

Vale ressaltar que o valor (cultural, histórico etc.) do patrimônio resulta da forma como nos relacionamos com ele, ou seja, são as pessoas que atribuem significados às coisas e consideram-nas relevantes e memoráveis. José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 20) explica que: “o passado (...) incontrolavelmente se insinua, à nossa inteira revelia”, o que significa que “está ele oculto, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos” (Proust, 1998, p. 48 apud Gonçalves, 2005, p. 20). O valor do patrimônio, portanto, depende, em parte, do acaso.

Para ilustrar como isso acontece, vejamos o exemplo a seguir. No penúltimo filme do diretor pernambucano Kleber Mendonça, *Aquarius* (2016), a personagem Clara, interpretada pela atriz Sônia Braga, vive o drama da moradora de um edifício que está prestes a ser comprado para ceder espaço a um arranha-céu de padrões internacionais. O apartamento de Clara é um dos últimos ainda ocupados no prédio, e o filme retrata a sua luta para permanecer no edifício, que guarda as suas mais íntimas memórias e que nela ressoa por tê-la abrigado durante anos de sua vida.

Para a personagem de Sônia Braga, Clara, “*Aquarius*” é considerado um patrimônio de imenso valor histórico e cultural. Além de ser um testemunho material da sua história de vida, é uma construção tradicional do Recife antigo, que guarda a estética e a forma de um passado que ficou para trás. Porém, a sua presença naquele lugar altamente cobiçado da cidade, na orla da praia de Boa Viagem, coloca o passado em evidência ao funcionar como um ponto de memória.²⁶

Flávia Brito, arquiteta e historiadora, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), define patrimônio como:

uma possibilidade de resistência a esse processo de massificação, à força do mercado imobiliário que é completamente arrasadora, injusta, destrói boas porções da cidade sem que as pessoas sequer tenham a chance de dizer o que elas gostariam para a sua cidade (Brito, 2018 – reportagem do *Nexo*).

²⁶ Outro ótimo exemplo sobre a noção de patrimônio como categoria de pensamento pode ser encontrado no episódio um da segunda temporada da série *Modern Love*, do serviço de *streaming Prime Video*, da *Amazon*.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro histórico de Pirenópolis, foi tombada pelo Iphan como patrimônio material em julho de 1941, assim como a Fazenda da Babilônia,²⁷ tombada em abril de 1965, e o centro histórico da cidade,²⁸ tombado em janeiro de 1990 (ver figura 2). Tombar edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos significa que eles não poderão ser descaracterizados ou destruídos, pois estarão protegidos por lei.²⁹



Figura 2: Centro histórico de Pirenópolis com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário ao fundo. Na placa de madeira, constam os dizeres: “Pirenópolis Patrimônio Histórico Nacional – National Historic Heritage” Foto: Flávia Mendonça. 2019.

Soma-se à lista, a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, registrada no Livro das Celebrações do Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil em 13 de maio de

²⁷ “Localizada na área rural do município de Pirenópolis, o antigo Engenho de São Joaquim foi construído, no início do século XIX, pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira, exportador que acumulou enorme fortuna em Goiás. O edifício se compõe da casa grande, engenho e capela”. Informação disponível no sítio eletrônico do Iphan <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1469/>> Acessada pela última vez em 06 jul. 2020.

²⁸ “Casarões, ruas e igrejas de arquitetura colonial compõem o conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de Pirenópolis, tombado pelo Iphan, em 1990”. Informação disponível no sítio eletrônico do Iphan <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/364/>> Acessada pela última vez em 06 jul. 2020.

²⁹ Informação disponibilizada no sítio eletrônico da Superintendência do Iphan-DF e acessada pela última vez em 2017. O *site* encontra-se, atualmente, fora do ar. Cabe ressaltar que o tombamento do patrimônio material foi instituído pelo Decreto-Lei 25/1937.

2010. Ao Estado brasileiro, compete agora declarar como patrimônio cultural aquilo que a comunidade de produtores (de valor) considera como tal (Meneses, 2012, p. 33).

Apesar do dualismo acionado pelo Iphan para dar conta da dimensão do patrimônio que faltava – até então não contemplada pela política cultural –, não podemos perder de vista que a divisão entre material e imaterial é meramente operativa (Sant’Anna, 2000, p. 13 apud Tamasso, 2005, p. 17), e que a fragmentação da sociedade é produto da dissociação própria da modernidade capitalista (Canclini, 1993, p. 55).³⁰

Para finalizar esta seção, a antropóloga Izabela Tamasso, ao analisar as recomendações da Unesco aos Estados-membros para a salvaguarda das culturas tradicionais e populares (1989 apud Tamasso, 2005, p. 21 apud Cury, 2000, p. 289), diz o seguinte:

Ao indicar a necessidade de um especialista, em contato direto e sistemático com o grupo, a Unesco indica que o trabalho não terminaria com um provável registro e difusão da cultura tradicional e popular. A recomendação previu efeitos que apenas a presença de um profissional especialista e comprometido seria capaz de evitar. O compromisso maior do Estado-nação não terminaria na ação do registro, do reconhecimento e da difusão da cultura tradicional e popular, mas, ao que me parece, deveria começar na difusão e acompanhar os seus efeitos (Tamasso, 2005, p. 21).

Portanto, no capítulo dois veremos por que “apoio e fomento” são instrumentos imprescindíveis da política de registro dos bens culturais de natureza imaterial, e, no capítulo três, debruçar-nos-emos mais detidamente sobre os efeitos da prática aos olhos (e sentidos) de seis pirenopolinos. Antes, precisamos conhecer um pouco mais sobre a cidade que abriga a Festa por 202 anos (seção 1.2), e sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (seção 1.3).

1.2 Pirenópolis: uma breve contextualização

A cidade de Pirenópolis localiza-se no estado de Goiás, entre Brasília e Goiânia. Atualmente, é destino turístico para muitos brasilienses, goianos e visitantes das mais diferentes localidades, que encontram por lá uma cidade com “boa infraestrutura de turismo” e “vida noturna agitada”³¹ – muitos bares e restaurantes, guias turísticos e

³⁰ O mesmo acontece com a divisão entre “sagrado” e “profano”. Aciono esta antinomia na medida em que ela é utilizada pelos meus interlocutores para falar sobre a Festa. Porém, a experiência, sabemos, não pode ser compartimentada em esferas separadas da vida – o que significa dizer que as categorias assim o são acionadas pelos meus interlocutores (e, conseqüentemente, por mim) de forma meramente operativa.

³¹ Ouvi essas expressões serem ditas em diferentes momentos e por diferentes pessoas enquanto estive em Pirenópolis fazendo trabalho de campo.

passeios fechados, *hostels*, pousadas e hotéis, cachoeiras e belezas naturais, artesanato local e comidas regionais, atividades culturais nas Igrejas e no cinema da cidade, localizados em edifícios de arquitetura colonial.

A economia de Pirenópolis gira em torno do turismo, da comercialização de artesanato local e da extração do quartzito, conhecida como a “Pedra de Pirenópolis”.³² A partir da década de 1970, a cidade começa a receber mais turistas, por causa da inauguração e do povoamento de Brasília – nova capital do país –, quando os brasilienses descobrem o pequeno município interiorano do estado de Goiás, com uma população, em 2010, de 22.400 habitantes.³³

Pirenópolis foi fundada no século XVIII, no período do ciclo do ouro no Brasil, quando bandeirantes, fazendo o uso do trabalho braçal e das habilidades de orientação espacial de negros e indígenas escravizados, desbravavam o interior do país em busca de ouro. O bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera Filho, teria descoberto o rio Vermelho, em 1726, e por lá estabelecido o arraial de Sant’Anna – hoje cidade de Goiás, ou Goiás Velho, antiga capital do estado (Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988).

No ano seguinte, em 1727, o português Manuel Rodrigues Tomar, ou Manuel Rodrigues Tomás, como alguns historiadores o identificam, descobriria os rios Maranhão e das Almas e, por conseguinte, as Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte – como foram chamadas.³⁴ A escolha do nome deve-se à tradição católica de dedicar uma localidade a um Santo. Nesse caso, o dia em que firmaram acampamento no leito do rio era também dia de Nossa Senhora do Rosário, razão pela qual a Senhora é tornada a padroeira da cidade.

Já o nome “Meia Ponte”, teria sido escolhido por causa da sombra da pedra projetada nas águas do rio das Almas, com a forma de meio-arco; ou por causa da correnteza, que teria levado uma das tábuas de madeira – de duas – que servia de ponte

³² No *Parecer do Conselho Consultivo do Iphan sobre a Festa do Divino de Pirenópolis* (2010, p. 2), escrito e assinado pelo historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, consta que a exploração de quartzito é responsável por gerar 60% da renda local, e que boa parte dos 40% restantes “se deve à movimentação econômica de toda ordem produzida pelo renome e interesse despertado pela celebração do Divino Espírito Santo”.

³³ Informação do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informação disponível em <<https://www.pirenopolis.go.gov.br/municipio/a-cidade>> Último acesso em 08 de jul. 2020.

³⁴ “Em 1727, grandes e ricos aluviões foram encontrados e com eles nasceu o povoado de Meia Ponte, a princípio um simples acampamento de garimpeiros” (Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988).

para os garimpeiros cruzarem o rio. As duas versões foram documentadas pelo Iphan como parte da memória oral de moradores locais sobre o primeiro nome do povoado.³⁵

Em 1732, Meia Ponte é promovida a distrito e, em 1736, a arraial e à freguesia. Somente no final do século seguinte, em 1890, Meia Ponte passa a se chamar Pirenópolis. Cercada por serras, denominadas por imigrantes espanhóis de Pirenéus – por se assemelharem às cadeias de montanhas entre a Espanha e a França –, a Serra dos Pireneus, como foi chamada, deu origem ao nome Pirenópolis, que significa “Cidade dos Pireneus”.³⁶ Na ata da sessão da Câmara Municipal está escrito: “cidade edificada nas faldas dos Pireneus, a cordilheira mais importante do sistema orográfico deste Estado”.³⁷

Nessa mesma época, entre 1732 e 1733, chegaram em Meia Ponte os primeiros comboios de escravos, vindos do estado da Bahia. A mão de obra escrava seria vendida aos proprietários de minas goianas para fomentar o extrativismo mineral e expandir o arraial.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída entre os anos de 1732 e 1736, conhecida por sua monumentalidade e arquitetura, expressa “a riqueza que se acumulava naquelas minas e a abundância de mão de obra escrava” (Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988).

Como os negros escravizados e forros (libertos) não podiam frequentar os mesmos lugares que as pessoas brancas, decidiram construir a própria Igreja, que chamaram de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos,³⁸ em contraposição à locução adjetiva “dos Brancos”, que qualificava o público-alvo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário: os brancos.

No início do século XIX, Meia Ponte seria “um típico arraial do ciclo do ouro”, com algumas poucas casas – mais ou menos 300 delas –, cinco igrejas, praças, chafarizes, uma fonte, um hospício e uma Casa de Câmara e Cadeia (Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988).

³⁵ O documento de número 44, do SPHAN/PróMemória, data de nov./dez. de 1988.

³⁶ Informações disponíveis no documento de número 44, do SPHAN/PróMemória, que data de nov./dez. de 1988 <<https://www.pirenopolis.go.gov.br/municipio/a-cidade>> Último acesso em 08 jul. 2020.

³⁷ Ata da Câmara Municipal apud Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988.

³⁸ Em entrevista com Augusto, pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, descobri que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos já não existe mais; “(...) demolida na década de 1940, o local onde ela se situava é hoje considerado território afro-brasileiro pela Fundação Cultural Palmares” (Iphan, 2017, p. 118).

Com o declínio da atividade de mineração, por volta da década de 1780, o comércio e o trabalho agrícola passam a ser praticados com maior intensidade na região. Em 1800, investiu-se no cultivo de algodão para comercialização interna e exportação. Já na segunda metade do século XIX, “caí o preço do algodão e cresce a criação de gado. Entre 1892 e 1918, a cidade não sofreu qualquer alteração significativa” (Doc. nº 44 SPHAN/PróMemória, 1988). O seu estilo colonial foi preservado muito em função do isolamento geográfico e econômico a que esteve submetida.

No final da década de 1970, o acesso a Pirenópolis se dava da seguinte forma: “Vindo de Goiânia ou de Brasília, o viajante precisa abandonar a estrada de asfalto e trafegar por um caminho de partes sinuosas de terra e cascalho, durante mais de 60km, para chegar à cidade de Pirenópolis” (Brandão, 1978, p. 15). A partir deste relato, podemos inferir que a cidade estava parcialmente isolada da dinâmica de modernização urbana que modificava a paisagem Brasil afora. Para além da cultura material, também foram preservados elementos da cultura popular, o que inclui a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis.

1.3 A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis

Marquei uma entrevista com Augusto Gonçalves Pereira, pároco³⁹ da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, quando o ouvi contar a um interlocutor no campo das cavalladas – ou “cavallódromo”, como é popularmente chamado – a história da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis. Ao terminarem a conversa, apresentei-me e marcamos uma entrevista para o dia seguinte, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Após o cortejo do Juizado de São Benedito⁴⁰, no dia 11 de junho de 2019, manhã de terça-feira, encontramos-nos nas imediações do templo religioso.

Padre Augusto explicou-me que a Festa acontece no contexto da solenidade de Pentecostes, celebrada 50 dias após a “Páscoa da Ressurreição”⁴¹. Na Igreja Católica, são

³⁹ Paróquia vem do grego *paroikhía*, que significa “casa temporária”, pois “a morte não é o fim, é só o começo” [assim como a difusão do patrimônio imaterial, se lembrarmos da ideia de Tamasso]. Explicação dada por Daniela Fernandes Ferreira, católica fervorosa e minha madrinha, em entrevista realizada no dia 22/07/2020 pelo aplicativo de reuniões do *Google*, o *Google Meet*.

⁴⁰ “(...) o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito [são] antigas festas de pretos, com seus congos, congadas e tradicionais distribuições de doces” (Iphan, 2017, p. 13).

⁴¹ Em entrevista com Daniela Ferreira (2020), pude compreender que a Páscoa dura, na realidade, 50 dias – sete domingos, sete semanas –, que é o tempo que Jesus Cristo ressuscitado levou para subir aos céus e “se derramar sobre nós”, sob a forma de Espírito Santo. Ela ainda me explicou que “é muito importante a vida em comunidade”, pois, como nos diz Jesus Cristo pelas palavras do Apóstolo Mateus, “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Bíblia, Mt. 18:20).

celebrados todos os mistérios da vida de Cristo: o seu nascimento, o momento da Paixão⁴², da Morte e da Ressurreição, que culmina na ascensão de Jesus aos céus e na descida do Espírito Santo em Pentecostes. A Festa do Divino Espírito Santo é também conhecida como Festa das Sete Semanas (como era chamada no Antigo Testamento) e Festa de Pentecostes, que encerra o tempo pascal.

A descida do Espírito Santo sete semanas depois do domingo de Páscoa, em Pentecostes⁴³, celebra a volta de Jesus Cristo na forma do Espírito Santo, momento em que os Apóstolos de Cristo, reunidos no cenáculo, começam a falar em outra língua, as línguas de fogo do Espírito Santo⁴⁴. A partir de então, tornam-se “vigorosos pregadores, capazes de proclamar a boa nova a todos os judeus e estrangeiros que se encontravam em Jerusalém, e em seguida pelos mais diversos pontos do globo”.⁴⁵

A língua dos que creem teria o potencial de converter os povos ao cristianismo, unificando-os para praticarem os dons do Espírito Santo: a caridade, a concórdia, o amor, a compaixão, a bondade, a partilha, a doação, o perdão etc.

⁴² “A paixão de Cristo é a narrativa do calvário de Jesus desde o momento em que ele é preso no Monte das Oliveiras, após a realização da última ceia com os apóstolos, até a sua morte na cruz. Na mesma noite em que é preso sob ordem de Caifás, o sumo sacerdote e maior autoridade do povo judeu, Ele é julgado de forma sumária pelo Sinédrio, conselho dos anciões e suprema corte judaica. Acusado de blasfemo por se apresentar como o Rei de Israel, Jesus é condenado à morte. Como a região da Judéia estava sob domínio do Império Romano, caberia a Pôncio Pilatos, autoridade máxima romana na região, aplicar a punição. Pilatos ofereceu a possibilidade de suspensão da condenação de Jesus, mas a multidão que estava no local, incitada pelos sacerdotes, preferiu que a liberdade fosse dada a Barrabás, um ladrão e assassino também condenado à morte. A partir da sentença proferida de forma definitiva por Pilatos, Jesus teria passado pelos flagelos que os romanos impunham aos condenados. Entre eles, ser açoitado pelo *flagellum taxillatum* (espécie de chicote com três ramais que terminavam em bolas de metal com relevos e unidas por arame) e carregar até o local da crucificação a trave horizontal da cruz. A paixão de Cristo é principalmente essa passagem das últimas horas da vida de Jesus, da última ceia até a sua morte na cruz, quando seu sofrimento teria sido uma prova de sua doação total e incondicional para redimir os pecados da humanidade, segundo os preceitos da Igreja Católica” (Ferreira, 2020 – conversa pelo *Google Meet*).

⁴³ Pentecoste é uma palavra derivada do grego *pentēkostē*, “quingentésimo”. Etimologia da palavra consultada na versão digital do dicionário *Michaelis*. Informação obtida em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pentecostes>> Último acesso em 20 jul. 2020.

⁴⁴ “Chegando o dia de Pentecostes, estavam todos [os Apóstolos] reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e repousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem” (Bíblia, At 2, 1-4). Esta passagem bíblica foi citada pelo Padre Augusto em nossa conversa: “uma base bíblica a gente tem Atos dos Apóstolos, Capítulo 2, dos Versículos de 1 a 11, quando os apóstolos estão reunidos em oração com a Virgem Maria, a mãe de Jesus, e nesse contexto eles percebem então essas línguas de fogo descendo, esse grande barulho, e, de repente, eles começam a falar em outras línguas diante de outros povos”.

⁴⁵ Informação disponível em <<https://arautoscuiaba.com/a-Festa-do-divino-e-a-rainha-santa-isabel/>> Último acesso em 20 jun. 2020.

Esta seria a “origem religiosa” da Festa. Sobre a “origem folclórica”, Augusto contou que ela teria surgido no século XIV, em Portugal, quando a rainha Isabel (1271-1336), esposa de dom Diniz (1261-1325), faz uma promessa ao Espírito Santo, pedindo que Afonso, filho legítimo do casal, e Sancho, filho bastardo do rei, não entrassem em guerra pela sucessão do trono, confiado em testamento pelo pai ao filho bastardo. Isabel, temerosa pelo reino e pela vida dos filhos e do marido, contra quem Afonso duelaria, promete viajar o país recolhendo donativos e esmolas para dar aos pobres de Lisboa se agraciada com as bênçãos do Espírito Santo. Como os filhos não duelaram pelo trono, a rainha fez o que prometeu. A ocasião teria sido celebrada com muita fartura pela realeza e plebe:

Para agradecer ao Divino Espírito Santo a pacificação obtida e implorar pela continuidade daquelas graças sobre sua família e seu reino, a rainha Isabel decidiu fazer um tocante sacrifício: sair às ruas para recolher esmolas para serem depois distribuídas aos pobres de Lisboa. Corneteiros anunciavam pelas ruas a aproximação daquele singelo cortejo, precedido pela Bandeira do Espírito Santo, seguido por uma carroça do palácio na qual se transportavam as ofertas. O reino inteiro bem sabia o quanto de dores morais a rainha havia padecido. Todas as pessoas desejavam consolá-la oferecendo-lhe generosamente qualquer esmola que pudessem: uma moeda, um pão caseiro, um pernil, frutas ou legumes. Sentiam-se emocionados, ao receberem o olhar agradecido daquela heroica devota do Divino Espírito Santo.⁴⁶

A partir do século XIV, a memória da rainha devota passa a ser celebrada em Pentecostes.⁴⁷ Isabel viria a ser canonizada no século XVII como “Santa Isabel de Portugal” pelos trabalhos que realizou em vida junto aos pobres e enfermos e pela fidelidade aos preceitos cristãos:

[Isabel] Ergueu o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra para as jovens piedosas da corte, o mosteiro cisterciense de Almoste e o santuário do Espírito Santo em Alenquer. Também fundou, em Santarém, o Hospital dos Inocentes, para crianças cujas mães, por algum motivo, desejavam abandonar. Com suas posses sustentava asilos e creches, hospitais para velhos e doentes, tratando pessoalmente dos leprosos. Sem dúvida foi um perfeito símbolo de paz, do seu tempo. Quando o marido morreu, em 1335, Isabel recolheu-se no mosteiro das clarissas de Coimbra, onde ingressou na Ordem Terceira Franciscana. Antes, porém, abdicou de seu título de nobreza, indo depositar a coroa real no altar de São Tiago de Compostela. Doou toda a sua imensa fortuna pessoal para as suas

⁴⁶ Informação disponível em <<https://arautosciaba.com/a-Festa-do-divino-e-a-rainha-santa-isabel/>> Último acesso em 20 jun. 2020.

⁴⁷ “(...) em Portugal, a partir do século XIV, foi acrescentada a essa festividade a memória da rainha Santa Isabel, intimamente ligada com o evento. Tal inclusão, deve-se ao fato de que ela, como esposa e mãe, ao enfrentar uma situação extremamente penosa, implorou a proteção do Divino Espírito Santo e veio a ser plenamente atendida.” Informação disponível em <<https://arautosciaba.com/a-Festa-do-divino-e-a-rainha-santa-isabel/>> Último acesso em 29 jul. 2020.

obras de caridade. Viveu o resto da vida em pobreza voluntária, na oração, piedade e mortificação, atendendo os pobres e doentes marginalizados.⁴⁸

Além desta versão da história, existem outras tantas que destoam mais ou menos da apresentada. Para uns, a Festa teria surgido como forma de celebração camponesa da terra e da colheita, sendo, posteriormente, apropriada pela Igreja Católica; para outros, rainha Isabel teria miraculosamente transformado esmolas e pães em flores diante do rei Diniz, que repudiava as ações caridosas e distributivas da esposa, chegando a proibi-las; há ainda estudos que registram o ato de doar aos pobres no dia do Espírito Santo entre os anos 936 e 1218, na dinastia dos Ottons – Estados alemães (Piazza, 1953, p. 34 apud Angelo, p. 365).

Sobre a provável introdução da Festa do Divino Espírito Santo no Brasil por missionários jesuítas, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1978) – após realizar extensa pesquisa em textos de historiadores e folcloristas –, explica que:

Segundo Emílio Willems (1949, p. 403 apud Brandão, 1978, p. 142 – nota de rodapé nº 49), a Festa era celebrada em todo Portugal no século XVI e após o século seguinte estaria já restrita a apenas algumas poucas regiões do país. De Portugal o costume de festejar coletivamente o Espírito Santo passou para os Açores e de lá veio para o Brasil, anos após o descobrimento, possivelmente trazido por jesuítas e já incorporando folguedos profanos. Sobre o assunto Jarbas Jayme diz o seguinte: ‘Entre nós, vem de épocas remotas o costume de se incluírem folguedos profanos nos festejos religiosos, com o objetivo de conquistar o índio e o negro para as hostes do Catolicismo. Esse sincretismo, introduzido pelos jesuítas, permitiu-lhes realizar a obra da catequese, base da nossa civilização’” (Jayme, 1971, p. 610 apud Brandão, 1978, p. 142 – nota de rodapé nº 49).

Como as ações de doação e partilha em louvor ao Espírito Santo eram praticadas pela realeza na versão da história que circula em Pirenópolis, os símbolos da Festa invocam essa memória por meio da unção de objetos reais, como a coroa, a bandeira e o cetro. Não à toa, a figura principal da Festa é o “Imperador”, a quem é atribuída a tarefa de coordenar os festejos (ver figura 3).

⁴⁸ Informação disponível em <<http://arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/santa-isabel-de-portugal>> Último acesso em 20 jun. de 2020.



Figura 3: Coroa e cetro dispostos no altar entre as velas e entre o ostensório e a figura de Jesus Cristo. O Imperador sempre expõe os símbolos sagrados para aquelas pessoas que desejarem rezar frente a eles. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

O que é, no mínimo, curioso, se pensarmos que a figura caridosa do reino português era a rainha Isabel, e não o rei Diniz. Na *live* realizada em julho pela TV ABA⁴⁹, o antropólogo Felipe Veiga, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao falar sobre a Festa e elogiar a atitude do Imperador de 2020 – em função da homenagem que faz à mãe⁵⁰ no cartaz de divulgação da edição daquele ano –, propõe pensar o lugar das mulheres na Festa como as “protagonistas dos bastidores” (ver figura 4). Na ocasião, Veiga explicou que é compreensível que a Festa seja muito masculina, já que é um evento “tradicional”, de “caráter ruralista”.

⁴⁹ Canal no *Youtube* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

⁵⁰ A mãe de Heráclito da Abadia é uma tradicional “fazedora” de Verônicas, esta “medalha de alfenim feita de açúcar, expressão própria da dádiva, tema central da Antropologia desde Marcel Mauss, porque ela é algo que não é só para ser comido, ela é um doce de açúcar que é para ser dado, é algo para ser ofertado e guardado: muitas pessoas de Pirenópolis têm verônicas nas suas cristaleiras, expostas. Ela traz a própria imagem da pomba do Divino, ela é uma miniatura da pombinha do Divino, ou [tem estampada] a coroa do Divino; ela é uma espécie de hóstia popular, é uma espécie de hóstia da Festa do Divino” (Veiga, 2020 – *live* TV ABA). *Lives* estão sendo organizadas com maior frequência em razão da pandemia do novo coronavírus.



Figura 4: Senhoras “fazedoras” de verônicas cortando a massa do doce para enfeitá-lo com os símbolos sagrados da Festa. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Em meio ao trabalho de campo, na edição da Festa de 2019, pude observar que a esposa do Imperador Celmo, Ângela de Sá, coordenava alguns dos festejos considerados como profanos, como a “contradança”, ou “dança de fita”, e a “cavalhadinha mirim”, uma versão para as crianças das cavalcadas de Pirenópolis.⁵¹

Entretanto, como a cada ano um novo Imperador é sorteado⁵², as atribuições das respectivas parceiras mudam de acordo com as tarefas desempenhadas por elas nas edições anteriores da Festa, pois existem múltiplas formas de envolvimento e participação nos festejos (Veiga, 2020 – *live* da TV ABA).

Como vimos anteriormente, a celebração teria chegado ao Brasil com os jesuítas, e se espalhado pelas regiões em que a catequização de negros e índios se sucedeu. Já no estado de Goiás, apesar de o acampamento de garimpeiros ter se instalado nas margens do rio das Almas ainda no século XVIII, a primeira edição da Festa na antiga Meia Ponte

⁵¹ No *Dossiê* da Festa, o Iphan utiliza a cavalhadinha como exemplo para falar que : “A comunidade local encontra-se envolvida com os festejos e utiliza maneiras próprias de transmitir seus valores para as próximas gerações, criando, até mesmo, modos de festejar voltados para a formação do gosto pela tradição em jovens e crianças” (Iphan, 2017, p. 111). Além disso, reconhecendo a importância do festejo, o Iphan dedicou uma seção inteira do dossiê para ele.

⁵² Ou escolhido pelo Espírito Santo, como me disseram em entrevista os Imperadores das edições de 2018 e 2019, João Paulo e Celmo, respectivamente.

só ocorreria em 1819, quando Joaquim da Costa Teixeira, coronel e comendador, “fez realizar, como seu primeiro ‘festeiro’, a primeira ‘Festa do Divino’ na cidade” (Brandão, 1978, p. 63).

Mesmo entre os pesquisadores de nosso folclore é costume atribuir-se às intensões catequéticas dos jesuítas e à sua pedagogia de conversão o surgimento de “Festas de santo”. Não terá sido esta a razão do aparecimento de Festas desse tipo no Estado de Goiás. É muito recente a presença de grupos de jesuítas no estado. Nos séculos passados eles não teriam ultrapassado um número superior a seis padres dedicados com prioridade à catequese de grupos indígenas de Goiás (Brandão, 1978, p. 142 - nota de rodapé nº 48).

A Festa é, portanto, dividida em momentos sagrados e profanos (ainda que estejamos falando de um *continuum*, e não de esferas isoladas entre si), e conta com uma série de festejos, todos em homenagem e louvor ao Espírito Santo. Para o “Imperador”, que é sorteado para coordenar a Festa do ano seguinte – ou seja, ainda na edição anterior, o Imperador do ano seguinte é sorteado após a missa, em Pentecostes –, as obrigações começam no dia do sorteio, com as festividades de entrega da coroa, e se intensificam no mês de janeiro, quando são rezados 25 terços nas segundas e sextas-feiras do mês em diante; um para cada cavaleiro das cavalcadas (24 ao todo), além do primeiro terço, que é rezado para o Imperador.

São vários os tempos da Festa – e são vários os festejos dentro da Festa –, pois participam dela devotos investidos de papéis com funções simbólicas distintas, com responsabilidades e deveres complementares, cada qual com um tempo bastante singular de execução.

1.3.1 *Os diferentes momentos da Festa*

Para Heráclito da Abadia, a celebração começa com os terços dos cavaleiros e prossegue com a saída da bandeira e da coroa às ruas da cidade no mês de abril, visitando as residências em busca de donativos e levando a bênção do Espírito Santo às famílias; continua, com a saída das folias e dos “foliões” – primeiro, sai a folia da renovação cristã, ou folia “do Padre”, depois, a folia tradicional, ou folia “da Roça”, e a folia “da Cidade” –, responsáveis pelo recolhimento de doações e mantimentos para a Festa nos bairros, fazendas e ranchos do município; com os ensaios das cavalcadas e das pastorinhas – ambas, caracterizadas como encenações de teor religioso, mas consideradas da área profana da Festa –, e com o Imperador recebendo em sua casa as folias, ao retornarem do

“giro”⁵³, para participar da novena, que se inicia nove dias antes do domingo de Pentecostes (Abadia, 2020 – *Live* da TV ABA).

Se contarmos do primeiro dia da novena (sexta-feira) até o último dia das cavalhadas (terça-feira), a Festa terá, ao todo, doze dias. E muitas pessoas consideram-na como tendo doze dias ao todo. Porém, como vimos até agora, o tempo de (e da) Festa varia de participante para participante.⁵⁴

Portanto, entre maio e junho são celebrados, em Pirenópolis, festejos em homenagem e louvor ao Espírito Santo. Sobre o porquê de a Festa começar em maio (refinando a versão da história sobre a apropriação católica da celebração), Mary Del Priori nos diz o seguinte:

(...) Além desses festejos, os romanos e germanos tinham as maias e janeiras, festivais que sobreviveram em Portugal. Esses acontecimentos fazem parte de uma cadeia que mostra que ‘a organização social portuguesa é toda romana, o que explica essa reminiscência de antigos ritos’ (Etzcel, 1995, p. 30 apud Angelo, p. 366). ‘As Festas do Divino, propositadamente comemoradas em maio, tentavam, desde D. João I, em 1385, evitar o paganismo das maias, cantadas e dançadas pelas ruas’ (Del Priori, 2000, p. 13 apud Angelo, p. 366).

A imagem dos festejos dentro da Festa é sistematizada por Brandão (1978), após realizar extensa pesquisa de campo em Pirenópolis nos anos de 1973, 1974 e 1975. Como parte do trabalho de campo, ele identificou quais rituais pertencem ao domínio do sagrado e do profano, de acordo com a programação oficial da Festa (ver tabela 1):

⁵³ Cada folia “gira” por uma semana por motivos “precatórios”, “votivos” e “rogatórios” (Silva, 2009). Durante a folia, os foliões pedem o “pouso” para os donos da casa, que os deixam montarem acampamento na propriedade até o dia seguinte. Os donos da casa também oferecem aos foliões comidas e mantimentos, ao passo em que os foliões oferecem a eles as bênçãos do Espírito Santo, cantorias e catiras. As folias, por si só, são celebrações de grande magnitude e, sobre elas, existem uma série de trabalhos etnográficos, como o da mestra pela USP, Adriana de Oliveira Silva, intitulado “A folia do Divino: experiência e devoção em São Luís do Paraitinga e Lagoinha” (2009).

⁵⁴ Para Augusto, ela começa no contexto do domingo de Páscoa, quando “são lançados os trabalhos em preparação para a Festa, que coincide com a Festa de Pentecostes.” Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

DIA	ÁREA RELIGIOSA	ÁREA PROFANA
Sexta a Sábado	Alvoradas Tocatas Novena (Missa)	
Sábado do Divino	Alvoradas Tocatas Novena (Missa) Procissão da Bandeira Hasteamento Fogueira Queima de fogos	Saída dos mascarados Pastorinhas
Domingo do Divino	Alvoradas Procissão da Coroa Missa Cantada Sorteio dos novos encargos Procissão da Volta da Coroa Procissão do Espírito Santo Missa Vespertina Coroação do Novo Imperador "Procissão" do Novo Imperador	Saída dos Mascarados Cavalhadas (1º dia, abertura) Drama: Auto da Compadecida (1975)
Segunda (N. Sra. do Rosário)	Missa de Nossa Senhora do Rosário	Saída dos mascarados Cavalhadas (2º dia, prisão e batismo) Pastorinhas Reinado de Nossa Senhora do Rosário
Terça (São Benedito)	Missa de São Benedito	Saída dos mascarados Cavalhadas (3º dia, jogos) Drama: Auto da Compadecida Juizado de São Benedito Cortejo final de "entrega da Festa" do "campo de Luta" das Cavalhadas até a casa do Imperador (não escrito no programa oficial)

Tabela 1: Tabela extraída do livro *O Divino, O Santo e A Senhora*, de Carlos Rodrigues Brandão (1978, p. 33).

De acordo com o autor, o “Domingo do Divino”, ou “domingo de Pentecostes”, é o dia central da Festa do Divino de Pirenópolis, em que é celebrada a “Missa Solene”, realizado o sorteio dos “encargos do Divino”⁵⁵ e feita a coroação do novo Imperador (Brandão, 1978, p. 24-26).

Da área religiosa da Festa, fazem parte os festejos ligados mais diretamente às solenidades de Igreja, como o “Novenário do Espírito Santo” e as “Procissões” – da Bandeira, da Coroa e do Espírito Santo (Brandão, 1978, p. 17). Da área profana, seguindo a mesma lógica adotada por Brandão (1978), fariam parte aqueles outros festejos mais diretamente voltados à apreciação dos visitantes, como o “Auto das Cavalhadas” e o “Teatro das Pastorinhas”.

⁵⁵ Além de sorteado o Imperador, também são sorteados os “Mordomos”: da Fogueira, do Mastro, da Bandeira e das Velas, ficando, cada um deles, responsável por igual função– armar e ascender a fogueira; construir e erguer o mastro (da bandeira); reformar a bandeira e levá-la em procissão; comprar e acender as velas (Brandão, 1978, p. 24-26).

No “Sábado do Divino”, a divisão entre o sagrado e o profano é diluída, pois o dia é considerado um momento de transição, quando são “dados os passos imediatamente antecedentes da parte religiosa da Festa, as procissões e missas do domingo”, ao mesmo tempo que “marca o início da parte profana”, com a saída dos mascarados (Brandão, 1978, p. 19). Para o autor, os festejos religiosos anteriores a Pentecostes preparariam os “festeiros” para as solenidades do grande dia.

1.4 Os mascarados

Os mascarados começam a circular pela cidade no “Sábado do Divino”. Andam pelos becos e vielas de Pirenópolis a pé ou a cavalo, pedindo dinheiro aos transeuntes e “tirando sarro” dos turistas. No “Domingo do Divino” à tarde, dirigem-se ao cavalhódromo para, nos intervalos do primeiro dia do auto dramático, percorrer o campo desordenadamente (ver figura 5).

Qualquer um que more em Pirenópolis, pode “sair de mascarado”, desde que use máscara de boi ou onça e cubra totalmente o corpo para não ser identificado. De acordo com Esmeralda, artesã com quem teci a primeira conversa sobre a Festa, o anonimato seria motivo suficiente para algumas pessoas saírem assim, porque é uma forma de “refúgio”, quando se pode ser aquilo que não se é normalmente.⁵⁶

⁵⁶ Trecho da entrevista realizada com Esmeralda em 20/02/2020.



Figura 5: Mascarados percorrendo o cavalhódromo desordenadamente, “sem qualquer narrativa aparente” (Silva, 2018, p. 87). Ao fundo, vemos o castelo dos mouros e alguns camarotes. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

O mediador da exposição permanente do Museu das Artes do Divino, em visita mediada, explicou-me sobre a origem da “tradição” de “sair de mascarado”. De acordo com ele, tudo teria começado como uma brincadeira entre escravizados que, para participar da Festa, cobriam-se dos pés à cabeça com máscaras e roupas compridas.

Quando ouvi esse mito de origem da “tradição”, ocorreu-me a hipótese de que a boa energia emanada pelos mascarados (que dizia sentir Esmeralda), teria a ver com o fato de que participavam da Festa como “brincantes”, o que os permitia experimentar a liberdade e a humanidade que lhes foi negada na condição de escravos.

Atualmente, a Prefeitura de Pirenópolis premia o mascarado mais bem vestido como forma de estimulá-los a se caracterizar como manda a “tradição”: máscaras fabricadas em papelão, com a forma da cabeça de boi ou onça (Silva, 2018, p. 86). A cada edição são cinco os premiados, e as chances de ganhar são maiores para os que optam pela máscara de boi, “porque ele é o cartão postal da cidade”⁵⁷. Para o antropólogo Bruno Silva (2018, p. 88),

a premiação é uma forma de manter o espetáculo dentro dos limites do que os produtores do evento e o público turista consideram ser tradicional ou

⁵⁷ Trecho da entrevista realizada com Esmeralda em 20/02/2020.

autêntico. Ou seja, o prêmio é uma forma de recompensar aqueles mascarados que agradam visualmente o público que deseja consumir o ‘tradicional’ – mais do que uma ação de salvaguarda e incentivo aos saberes e fantasias tradicionais.

Na edição da Festa de 2019, um dos premiados estava vestindo uma roupa que remetia ao evento histórico das Cruzadas – encenado pelos cavaleiros das cavalcadas desde 1826, quando o festejo é inserido na Festa de Pirenópolis⁵⁸. Com capa e bandeira estampadas com o símbolo da cruz, o mascarado ganhador faz alusão à “Ordem dos Templários”, exército de fanáticos religiosos e cavaleiros temidos que lutaram na Idade Média em defesa do domínio cristão de Jerusalém (ver figura 6).⁵⁹



Figura 6: Mascarado vestido como templário. Um dos ganhadores do prêmio entregue pela Prefeitura aos mascarados mais bem vestidos da edição de 2019. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

⁵⁸ “Se as cavalcadas, contemporaneamente, têm se tornado o evento de maior visibilidade da Festa do Divino, elas não tiveram a mesma importância ao longo da história. Um estudo de Carlos Rodrigues Brandão (1974) sobre as cavalcadas de Pirenópolis aponta que apesar do primeiro registro da Festa do Divino ser de 1819, a realização da primeira edição da cavalcada data de 1826. Ainda segundo o autor, até meados do século XX elas não eram um evento anual das celebrações do Divino. Segundo os dados levantados por Brandão (1974), entre 1819 e 1940 (um período de 121 anos) as cavalcadas foram repetidas apenas 27 vezes. (...) É apenas a partir da década de 1940 que as cavalcadas passam a acontecer com maior frequência. A partir dessa data, apesar da cavalcada não se tornar anual ainda, o evento passa a ser cada vez mais representativo da cidade e da Festa do Divino” (Silva, 2018, p. 80).

⁵⁹ Para maiores informações sobre os templários, acessar a reportagem: <<https://super.abril.com.br/historia/ guerreiros-de-cristo/>> Último acesso em 08 jan. 2021.

Passemos agora às cavalhadas. Aqui, a “tradição” de ser cavaleiro é passada de pai para filho, e só os homens das famílias “da alta classe de Pirenópolis” podem ocupar esta posição (Silva, 2018, p. 86).

Eles sobem na hierarquia de posições, até alcançar o *status* de rei. De cerra-fila⁶⁰, o cavaleiro é alçado à posição de soldado, de embaixador, até chegar à posição de rei cristão ou mouro.

1.5 As Cavalhadas

Em outro texto de Carlos Rodrigues Brandão (1974), sobre as cavalhadas de Pirenópolis, a argumentação é fundamentada na discussão da dicotomia clássica entre o rural e o urbano. Se as narrativas-rituais típicas da cidade buscam inovar a cada ano em termos de conteúdo (ainda que a estrutura do rito permaneça a mesma), no campo, conteúdo e forma se repetem, ainda que novos personagens entrem em cena.

No caso das cavalhadas, há décadas que a “tradição” se repete, e o conteúdo apresentado é o mesmo. Contudo, ano após ano, turistas, moradores locais e de municípios vizinhos se deslocam até Pirenópolis para assistir ao auto dramático, dividido em três atos:

Nas Cavalhadas são as mesmas fantasias [veremos adiante que não mais]. São também as mesmas músicas que o povo prefere ter cada vez mais tradicionais. São também iguais as carreiras e, sobretudo, é secularmente igual o resultado. Os cristãos sempre ganham. Os mouros perdem, convertem-se e são batizados. E todos sabem disso há pelo menos 150 anos (Brandão, 1974, p. 20).

Há também aqueles outros (moradores, turistas etc.) que encaram a “tradição” como repetição despropositada e enfadonha, como é o caso do motorista de táxi, que me levou de um lugar a outro na cidade durante o trabalho de campo, e que dizia não mais se interessar em participar dos festejos. De todo modo, a Festa continua e contribui para dinamizar a economia local.

Adail, um dos cavaleiros das cavalhadas há 36 anos,⁶¹ enfatizou justamente este aspecto em conversa durante a minha estada em Pirenópolis. Ele continua se empenhando na organização do ritual das cavalhadas, dentre outras coisas, porque a sua família é

⁶⁰ De acordo com o dicionário *Oxford Languages*, disponível *online*, “cerra-fila” significa “o último soldado de cada fileira.” Último acesso em 08 jan. 2021.

⁶¹ Há 18 anos, Adail ocupa a posição de rei cristão das cavalhadas de Pirenópolis, o mais alto posto na hierarquia do ritual (junto com o de rei mouro). Para ser rei, Adail teria que ter sido antes embaixador, mas em conversa me contou que saíram no mesmo ano embaixador e rei, deixando os postos vagos aos cavaleiros mais antigos. Trechos da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

pirenopolina, os seus filhos são nascidos e criados em Pirenópolis e, tendo a oportunidade, ficarão por lá.

É do interesse de muitos pirenopolinos que a cidade seja visitada por turistas e se consolide como destino turístico do estado de Goiás. A Universidade Estadual de Goiás (UEG), por exemplo, tem um polo em Pirenópolis que oferece à população cursos técnicos superiores em hotelaria e gastronomia. Um demonstrativo de como o potencial turístico da região é incentivado e explorado.

Além dos próprios pirenopolinos, a Prefeitura do município de Pirenópolis é outro grupo interessado em promover o potencial turístico da cidade. Uma das formas consideradas mais eficazes de fazer isso acontecer se dá com a destinação direta de recursos municipais para o caixa da Festa, o que vem acontecendo desde a década de 1970. Todavia, mudanças de prioridade política, em decorrência da alteração de governo, levou os organizadores da edição de 2019 a se perguntarem se receberiam ou não os recursos municipais aquele ano.⁶²

Pois uma das práticas que o investimento municipal permitiu foi remunerar o trabalho de artesãs, cozinheiras, costureiras, em suma, dos que se dedicam a fazer a Festa acontecer nos bastidores. Sobre isso, Adail diz o seguinte:

(...) a gente tem que angariar fundos também pra ajudar a Festa que é muito cara. A gente foi lá na presidência, a gente foi lá no governo estadual e federal pra ver se a gente consegue algum fundo. Teve promessa e tal, porque as coisas hoje tudo você paga. Antes, a gente estava falando de manter essas tradições, porque, antes, há muito tempo, ninguém pagava mão de obra de nada. Hoje em dia, as cozinheiras são pagas, as quitandeiras são pagas, o que dá tiro de toco é pago, os que pega cavalo pra gente é pago, as baias são pagas. Então, hoje, é muito caro. A gente tem que buscar fundos, mas se não vem, a gente faz por conta própria, mas é caro. Você tem que tirar do seu [bolso] pra manter uma tradição que é de todo mundo.⁶³

Além da Prefeitura, o governo do estado de Goiás envia uma “ajuda de custo” a cada um dos cavaleiros das cavalcadas no valor de, aproximadamente, R\$ 2.000,00. O que, na opinião de Adail, é “ajudinha pouca” perto dos gastos que eles têm com as roupas dos cavaleiros e com os cavalos de raça, “embaiados”⁶⁴. Por mês, eles gastariam cuidando

⁶² Em uma das minhas visitas de campo, em abril de 2019, conversei com Celmo e Ângela na ocasião de produção das verônicas, no quintal da casa deles, Imperador e Imperatriz do Divino Espírito Santo de Pirenópolis. Quando Ângela foi à cozinha lavar um copo, contou-me que estava preocupada, porque ainda não haviam recebido o recurso municipal aquele ano, e a Festa começaria no mês seguinte.

⁶³ Trecho da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

⁶⁴ Cavalos que vivem em baias e não mais em regime de pasto, como os dos mascarados. Trecho da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

dos animais mais ou menos a quantia que recebem cada um do governo estadual. No capítulo três, veremos em maiores detalhes o que mudou nas roupas dos cavaleiros, e o que eles fazem em termos de cuidados com os cavalos.

Em 2005, os cavaleiros das cavalhadas foram convidados pelo governo federal para participar do *Ano do Brasil na França*, em Chantilly, como representantes do estado de Goiás e da diversidade cultural brasileira.⁶⁵ Além disso, são “sempre” convidados para representar o estado em eventos nacionais “importantes”, “com [a presença de] ministros”. São também convidados pelos donos de pousadas em Pirenópolis para representar a cidade para o público turista – “mostrando o que é o nosso folclore”.⁶⁶

Diante do que foi exposto até agora, é perceptível que o ritual das cavalhadas ocupa uma posição de destaque na Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis. A própria Prefeitura divulgou a edição da Festa de 2019 como um evento dividido em dois momentos: de 17 de maio a 11 de junho, ocorreria a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, e nos dias 09, 10 e 11 de junho, as cavalhadas de Pirenópolis. No vídeo promocional de divulgação da Festa produzido pela Prefeitura, temos a seguinte narrativa:

Venha conhecer e reviver a encenação da histórica batalha entre os cavaleiros mouros e cristãos, e viver de perto a irreverência dos tradicionais mascarados, um patrimônio cultural e imaterial do Brasil, com a maior folia do Divino do país. Novenas, missas, procissões, pastorinhas, congadas e apresentações de grupos folclóricos. Festa do Divino Espírito Santo e Cavalhadas de Pirenópolis (...) (Vídeo promocional da Festa de 2019).

As cavalhadas (“histórica batalha entre os cavaleiros mouros e cristãos”), os (“tradicionais”) mascarados e a folia da Roça (“maior folia do Divino do país”) foram mais diretamente associados pela Prefeitura ao título de patrimônio cultural que recebeu a Festa em 2010. Possivelmente, por se tratar de momentos mais convidativos ao turismo do que os outros, de caráter mais nitidamente religioso (missas, procissões etc.).

O “Domingo do Divino” é o primeiro dia do teatro religioso a céu aberto – como ficou conhecido o ritual das cavalhadas –, quando cavaleiros mouros e cristãos negociam o embate no cavalcadouro, representando os primeiros momentos das Cruzadas, com muito diálogo narrado e progressão lenta do conflito. Nesse dia, a cidade fica lotada de turistas, porque coincide com o final de semana do trabalhador da cidade (ver figura 7).

⁶⁵ Para maiores informações sobre o *Ano do Brasil na França*, visite o sítio eletrônico: <<http://cultura.gov.br/ano-do-brasil-na-franca-2005-37489/>> Último acesso em: 07 jan. 2021.

⁶⁶ Trechos da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.



Figura 7: No cartaz está escrito: "A batalha mais tradicional de Goiás. Venha participar dessa história". Vale ressaltar que posters como esse, sobre um ritual da Festa em específico, só foram confeccionados para as cavalhadas, que atrai muitos visitantes. Outro aspecto importante no material é a evidência de que a empresa de turismo de Goiás, a Goiastur, patrocina as cavalhadas. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Na segunda-feira à tarde, segundo dia do teatro das cavalhadas, a batalha converge “para a invariável vitória cristã, com o batismo dos mouros” (Spinelli, 2010, p. 62). A cidade já se encontra visivelmente mais vazia, com menos turistas, e nas arquibancadas do cavalcódromo, com disponibilidade para até 2.000 pessoas⁶⁷, é possível encontrar lugares vazios (o que seria impensável no domingo à tarde). Portanto, teríamos ali um exemplar do “teatro catequético” de que falava o folclorista Alceu Maynard Araújo (2004 apud Spinelli, 2010, p. 63), que se caracteriza como um “lúdico e sutil instrumento de evangelização” (ver figura 8).

⁶⁷ “(...) em 2006 foi inaugurado o novo cavalcódromo destinado a abrigar as cavalhadas. O espaço, que passou a acolher até 2 mil pessoas, é produto de uma reforma feita no antigo local de realização do ritual com vista a incrementar a estrutura do lugar para atender as demandas de um público de turistas cada vez mais numeroso” (Silva, 2018, p. 85).



Figura 8: Segundo dia das cavalhadas de Pirenópolis. Cavaleiros mouros (de roupas vermelhas) sendo batizados pelos cavaleiros cristãos (de roupas azuis) na figura do Pároco da Igreja Matriz, Padre Augusto. O primeiro cavaleiro cristão mais ao fundo é Adail, que ocupa uma das mais altas posições das cavalhadas. Ele está batizando o rei mouro. Entre os cavaleiros e o Padre, vemos uma fila se formando, daqueles interessados em tirar fotos com as estrelas da Festa. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

No terceiro e último dia das cavalhadas, na terça-feira à tarde (o dia preferido de muitos dos que permaneceram até o fim), os cavaleiros dos dois lados “brincam” em campo de jogos lúdicos, com significados os mais variados. Em um desses jogos, competidores de ambos os times disputam quem consegue, a cavalo, atirar primeiro nas cabeças de papelão colocadas em tocos de madeira espalhados pelo campo. Apesar de anunciadas como brincadeiras, os efeitos que terão em que as assiste são incalculáveis. O que se sabe é que, por detrás de toda a beleza das roupas e da euforia do momento, o que se desdobra em campo é um teatro a serviço do catolicismo.

Por fim, ressalto que os proponentes do pedido de registro da Festa junto ao Iphan são atores interessados na construção da imagem de Pirenópolis como destino turístico de inegável valor histórico (Spinelli, 2010). Com essa afirmação, podemos imaginar quem são eles: o Instituto Cultural Cavalhadas de Pirenópolis, a Prefeitura Municipal de Pirenópolis e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora do

Rosário.⁶⁸ Passemos, então, ao capítulo dois, e à análise do Dossiê de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (ver figura 9).



Figura 9: Adail folheando as páginas do Dossiê da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (2017). Na foto, ele se reconhece em uma fotografia que aparece na seção intitulada: “O Império do Divino e seus Rituais”. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

⁶⁸ No *Dossiê da Festa*, na contracapa, aparecem como proponentes os três atores mencionados acima. Porém, na página 14 do dossiê (2017), além dos atores acima mencionados, aparecem também como proponentes via manifestações de anuência: o delegado local da Agência Goiana de Cultura (Agepel) – Pedro Ludovico – e a Câmara Municipal de Pirenópolis.

Capítulo 2

2.1 O Dossiê de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis

Se a divisão conceitual entre as dimensões material e imaterial do patrimônio é meramente operativa, por outro lado, ela introduz uma “segmentação metodológica” (Tamaso, 2020 – *Live* da TV ABA) que torna possível buscar formas adequadas de preservar diferentes tipos de bens culturais, via tombamento ou registro (Iphan, 2010, p. 17).

Para ser preservado, o patrimônio material passa por fiscalização e procedimentos de conservação e restauração, que tratarão de resguardar a integridade física da matéria, a exemplo da restauração de fachadas de edifícios antigos e da conservação de sítios históricos (Iphan, 2010, p. 23).

Ao contrário da preservação do patrimônio imaterial, que depende de um trabalho direto e contínuo com os produtores do bem, os detentores do patrimônio, que possuem os conhecimentos necessários para a produção e a reprodução da tradição. Portanto, o intuito da patrimonialização de bens imateriais é assegurar a viabilidade das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão da “tradição”, por meio de planos e ações de salvaguarda adequados a cada caso⁶⁹ (Iphan, 2010, p. 17, 18 e 24).

A pergunta que se desdobra do acima colocado é a seguinte: como propiciar a continuidade dos “modos de criar, fazer e viver” e das “formas de expressão”, sabendo-se que são dimensões imateriais (intangíveis) de suportes materiais – o corpo dos herdeiros da “tradição”? Pois o conhecimento corporificado (Meneses, 2012, p. 31) sobre uma “tradição”, faz parte dos saberes acumulados por um indivíduo ou grupo maior de indivíduos, cada qual honrando à sua maneira, ou em coletivo, a memória dos antepassados.

2.1.1 A *comodificação da cultura*

Ao reviver a “tradição”, os detentores do patrimônio estão reafirmando para si e para os outros (caso haja visitantes, turistas etc.) de onde são e de onde vêm, quem são e

⁶⁹ No documento *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois* (Iphan, 2010, p. 24 – nota de rodapé nº 19), está escrito o seguinte sobre o Plano de Salvaguarda: “Este instrumento foi inspirado pelo programa da Unesco intitulado Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, que preconizava a elaboração de planos de ação para viabilizar a continuidade desses bens culturais”.

o que importa, como agem e por que o fazem, em resumo, estão se identificando perante o mundo e produzindo diferença. Contudo,

O capitalismo gera os seus próprios mecanismos [seletivos] para a produção social da diferença, mas ele também comporta elementos exteriores. Os ofícios contribuem para essa revitalização do consumo, desde a introdução à produção seriada industrial e urbana de novos designs e um certo grau de variedade e imperfeição que oferece a oportunidade dupla [ao consumidor] de ser diferente do resto e de estabelecer relações simbólicas com estilos de vida mais simples, uma natureza ansiada, ou [com] artesãos indígenas [e comunidades tradicionais] que representam essa proximidade perdida (Canclini, 1997, p. 40 – tradução da autora).

Ante o exposto acima, conclui-se que não só os turistas (consumidores, em última instância) dependem da “tradição”, como “grupos tradicionais” recorrem ao suporte de apoiadores para que seja possível continuar dedicando tanto tempo de suas vidas à “tradição”. Como integrantes do sistema capitalista, pesa o fato de serem dias ou meses de trabalho não remunerado.⁷⁰

Por isso, tem sido cada vez mais comum a organização dos representantes de “grupos tradicionais” em associações e coletivos, com a finalidade de pleitear o reconhecimento, por parte do Estado, do caráter de patrimônio que atribuem a saberes e fazeres.

Ainda que não signifique apoio financeiro pura e simplesmente, o reconhecimento do valor cultural de um bem assegura, dentre outras coisas, a sua divulgação e promoção para grupos mais amplos da sociedade, o que pode resultar em parcerias institucionais, retorno financeiro direto e indireto, reconhecimento nacional e internacional e sustentabilidade cultural a médio e longo prazos.

A hipótese do antropólogo Néstor García Canclini (1997, p. 37) para explicar a questão da sobrevivência e da crescente vitalidade de festas e outras manifestações populares na modernidade, é que “elas cumprem certas funções na reprodução social e na divisão do trabalho necessárias à expansão capitalista. (...) É preciso considerar quais são as [novas] funções das artes e dos ofícios como parte da lógica capitalista” (Canclini, 1997, p. 37 – tradução da autora).

⁷⁰ “A maioria dos participantes continua doando trabalho, pois essa é uma das maneiras mais tradicionais de praticar a devoção ao Divino. Além disso, a máxima ‘acumular para redistribuir’ permanece atuante na doação e no recolhimento de víveres e donativos, na produção coletiva dos eventos e celebrações e nos incontáveis rituais que se baseiam na partilha de bênçãos e alimentos, gesto fundamental que permeia a festa” (Iphan, 2017, p. 114).

A expansão capitalista não precisa sempre destruir forças produtivas e culturais que não contribuem diretamente para o seu desenvolvimento se essas forças mantêm unidos amplos setores da sociedade e se eles ainda precisam delas para suprir as suas necessidades e as necessidades de reprodução equilibrada do sistema (Canclini, 1997, p. 44 – tradução da autora).

Para o autor, quatro grandes áreas guardariam as causas da mudança na função exercida pela cultura popular, quais sejam: as deficiências na estrutura agrária, necessidades de consumo, o incentivo do turismo e o patrocínio do Estado (Canclini, 1997, p. 38 – tradução da autora).⁷¹

Estas considerações teóricas ajudam no entendimento do porquê de festas populares em geral, e da Festa do Divino de Pirenópolis em particular, ser tão central para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, além de potenciar a experiência de devoção (Meneses, 2012, p. 31).

Como comentado no capítulo anterior, a economia de Pirenópolis se baseia na extração do quartzito⁷², além de, em menor escala, depender da realização da Festa do Divino Espírito Santo – ou melhor, do efeito multiplicador catalisado por ela. “Festeiros” e colaboradores (na figura do Imperador, da Prefeitura do município de Pirenópolis, do governo do estado de Goiás, dos turistas, de doadores etc.) ajudam a dinamizar a economia local, com o aumento da demanda por bens e serviços de dezenas de pessoas responsáveis pela manutenção da vida material da Festa, como: costureiras, artesãos, cozinheiros, motoristas, editores de vídeo, fotógrafos, músicos, vendedores ambulantes etc.

Como vimos, Pirenópolis já foi uma região produtora de *commodities* agrícolas e minerais importantes, mas uma série de variáveis, como a deterioração do preço das *commodities* em relação ao de bens manufaturados, e o crescimento demográfico da região,⁷³ foram responsáveis pela procura de pirenopolinos por formas alternativas de subsistência (Canclini, 1997, p. 38 e 39).

Diante deste contexto, personagens das cavalcadas e de fora dela construíram a oportunidade de consagrá-la como espetáculo chamariz de turistas para a Festa do Divino. Soma-se a isso, o fato de que a cidade ia aos poucos sendo modificada para receber os

⁷¹ O livro *Transforming Modernity: Popular Culture in Mexico* (1997) trata, mais diretamente, de mudanças na cultura popular mexicana na modernidade, mas o autor, a todo instante, admite estar produzindo uma pesquisa com resultados e hipóteses que podem ser extrapolados para fora do seu contexto de produção.

⁷² “Pedra de Pirenópolis”.

⁷³ Tomo de empréstimo essas duas variáveis de análise do antropólogo Néstor García Canclini (1997, p. 38), quando propõe pensar as causas da transformação da cultura popular mexicana na modernidade.

visitantes de fora, ao agregar o melhor dos mundos moderno e tradicional: uma boa infraestrutura de turismo, com cerimônias “primitivas” bem preservadas (Canclini, 1997, p. 41).

Assim sendo, passamos a compreender melhor o papel que cumpre o Iphan como instituição do Estado brasileiro responsável pela proteção e promoção do patrimônio cultural. Tanto é de interesse do Estado divulgar as “culturas tradicionais e populares” como patrimônio nacional, que o Iphan fomenta e apoia a continuidade de manifestações e expressões populares, inscrevendo-as “no âmbito conceitual da cultura” (Lima et al., 2014, p. 225).

As artes, os ofícios e os saberes, quando se tornam a fonte ou o complemento de renda de milhares de pessoas vivendo em pequenas e médias cidades, evitam o fluxo migratório em massa para os grandes centros urbanos, que já não mais comportam com qualidade, quantidade significativa de imigrantes vindos do interior em busca de melhores condições de vida (Canclini, 1997).

2.1.2 Processo de patrimonialização e o papel do Iphan

Portanto, depois de o patrimônio ser identificado e registrado em um dos quatro livros de registro do patrimônio imaterial,⁷⁴ um “Plano de Salvaguarda” é formulado para mapear possíveis ameaças à continuidade da “tradição”, e estratégias de enfrentamento às ameaças para a sua preservação ao longo do tempo.

O plano é elaborado com base nas informações produzidas ao longo do tempo de trabalho do grupo técnico com a “comunidade tradicional”,⁷⁵ e conta com a ajuda dos representantes da comunidade para a sua formulação e implementação, com o objetivo de propiciar, no futuro, a gestão autônoma da salvaguarda (Iphan, 2010, p. 24).

Vale ressaltar, que o Iphan considera como salvaguarda todo o procedimento de registro dos bens culturais de natureza imaterial, que consiste em um processo metódico,

⁷⁴ Podendo ser registrado em mais de um livro.

⁷⁵ No caso da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, a empresa “Arquitetura, Restauração e Arte Ltda” (Restarq) foi contratada pelo Iphan, mediante licitação, para produzir informações sobre a Festa em 2008. Já para documentação audiovisual, a “Set de Filmagens” foi a empresa contratada pela instituição. “A Restarq constituiu equipe multidisciplinar coordenada pela antropóloga Marina de Macedo Soares, composta de três pesquisadores e uma estagiária, todos residentes em Pirenópolis, conforme pré-requisito da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) adotada para a pesquisa e a documentação da festa. A Set manteve em Pirenópolis um fotógrafo, que se incorporou à equipe de pesquisa durante os trabalhos de campo, cobrindo as entrevistas, e depois vários cinegrafistas e fotógrafos, que registraram o período de clímax da festa” (Iphan, 2017, p. 14).

de levantamento de informações e produção de memória escrita (e audiovisual) sobre modos de ser e estar no mundo.

Para ser registrado, todo bem cultural deve, antes, ser pesquisado, mapeado, descrito, tipificado e analisado, tendo por finalidade a elaboração de relatório final – o *Dossiê* –, e a gestão participativa da salvaguarda (Iphan, 2010, p. 20).

Com relação aos detentores do patrimônio, cumpre destacar o protagonismo exercido durante todo o procedimento de registro: são eles quem propõem o pedido ao Iphan, além de atuar como “intérpretes dos sentidos e valores atribuídos a esses bens e como agentes das ações de salvaguarda” em parceria com o poder público e a sociedade civil (Iphan, 2010, p. 21 e 24).

No caso da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, o registro foi realizado com base em dossiê de 2008; ainda que conste no site do Iphan documento de 2017, sete anos depois da Festa ter sido reconhecida como “Patrimônio Cultural do Brasil” (ver figura 10).



Figura 10: Titulação de Patrimônio Cultural do Brasil conferida, pelo Iphan, à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, em 13 de maio de 2010. A certificação está em exibição no Museu das Artes do Divino, em Pirenópolis. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Está escrito no dossiê (2017) que a pesquisa sobre a Festa começou ainda no ano de 2007, por iniciativa da Superintendência do Iphan em Goiás (Iphan, 2017, p. 13). Duas empresas, Restarq e Set de Filmagens, foram contratadas pelo instituto em 2008 para trabalhar na pesquisa que integrou o processo de registro:

Enquanto transcorriam as pesquisas [em 2008], foram mobilizados os promotores e participantes da festa para a formalização da *proposta de registro*, que afinal se concretizou com os pedidos apresentados por imperadores do Divino (de 1970 a 2009), pelo Instituto Cultural Cavalhadas de Pirenópolis – formado pelos cavaleiros mouros e cristãos –, pela Prefeitura municipal de Pirenópolis e pela Irmandade do Santíssimo Sacramento (Iphan, 2017, p. 14 – grifo da autora).

Concluída a pesquisa de campo,⁷⁶ o grupo de trabalho entregou ao Iphan o relatório do INRC⁷⁷ e a primeira versão do dossiê descritivo, que teria sido revisada e concluída em 2009 (Iphan, 2017, p. 15). No ano seguinte, em 2010, o documento foi encaminhado pela superintendente do Iphan em Goiás ao presidente do instituto:

e passou a constituir o processo de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, Goiás (...). Compuseram o corpo do processo os documentos originais dos pedidos de registro e cartas de anuência (...), os programas e convites da festa de 2008 e o dossiê descritivo ilustrado, além das correspondências de encaminhamento do Iphan. (...) Desse modo, todo o conhecimento sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e os requisitos para seu registro, em conformidade com a legislação, foram devidamente contemplados no processo (Iphan, 2017, p. 15).

A instauração do processo de registro da Festa chama a atenção para duas coisas: i) o registro foi realizado com base na primeira versão oficial do dossiê, que ficou pronta em 2009; e ii) a Superintendência do Iphan em Goiás atuou de forma proativa em prol do registro.

Vale ressaltar que apesar da Festa ter sido incluída no Livro das Celebrações do Iphan em 2010, no site do instituto está disponível um dossiê do ano 2017.⁷⁸ O material publicado na seção sobre a Festa faz parte da “Coleção Dossiês dos Bens Culturais Registrados”, uma iniciativa institucional para promover a salvaguarda do patrimônio imaterial, que tem como objetivo divulgar os dossiês descritivos em formato acessível. Isto significa que o dossiê, além de integrar o processo de registro, passa a exercer a

⁷⁶ Em dezembro de 2008 (Iphan, 2017).

⁷⁷ “O INRC foi criado para subsidiar pesquisas de reconhecimento, mas (...) nunca houve essa obrigação, e várias outras pesquisas já foram feitas sem ele.” Informação fornecida pela antropóloga e técnica do Iphan, Sara Moraes, em maio de 2021.

⁷⁸ Para acessar a página da Festa no sítio eletrônico do Iphan, entrar no link a seguir <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>> Último acesso em 28 jan. 2021.

função de material de divulgação e medida de apoio e fomento de bens culturais de natureza imaterial.

Para finalizar, é curioso o fato de que não existe uma quantidade de tempo determinada entre a etapa do registro, a publicação do dossiê e a formulação e implementação do Plano de Salvaguarda pela comunidade do patrimônio (Iphan, comunidade de detentores e parceiros institucionais).

O que aparece na “Cartilha de Salvaguarda dos Bens Culturais Registrados” (2017, p. 12) é o seguinte:

o Iphan, os detentores do Bem Registrado, os demais segmentos sociais envolvidos e as instituições parceiras precisam estar mobilizados e articulados no sentido de planejar e executar ações que viabilizem (...) [a salvaguarda], em uma interlocução continuada entre Estado e Sociedade”.⁷⁹

Portanto, as ações de apoio e fomento fundamentam-se, em princípio, nas recomendações prescritas na seção final do dossiê. Não obstante, o intuito é que sejam “elaboradas e executadas conforme as demandas apresentadas pelos detentores no contexto presente” (Iphan, 2017, p. 12 e 13).

Para isso, o Iphan-Sede, localizado em Brasília, conta com Superintendências Estaduais (SE’s) e Escritórios Técnicos, que ficam responsáveis por estabelecer o diálogo com a comunidade de detentores e com instituições parceiras locais (Iphan, 2017, p. 12).

Como a salvaguarda é um processo continuado, deve contar com o apoio técnico de pessoal qualificado para planejar, em conjunto com a população local, estratégias de preservação da “tradição” e de mitigação de problemas.

A antropóloga Izabela Tamasso (2005, p. 21) chega a considerar a salvaguarda do patrimônio imaterial como um novo campo de trabalho para os antropólogos, que ajudariam o Iphan na missão de acompanhar os desdobramentos do procedimento de registro por um período determinado. Inclusive, a presença de corpo técnico especializado é indicada pela Unesco para maximizar os efeitos positivos da patrimonialização de práticas e saberes populares.

Com a intenção de representar todos os detentores igualmente, o Iphan convoca os interessados para compor um coletivo deliberativo acerca das ações de apoio e fomento

⁷⁹ A cartilha faz parte de uma série de três publicações do Iphan sobre o Patrimônio Cultural Imaterial. O título oficial da cartilha é “Salvaguarda de Bens Registrados – Patrimônio Cultural do Brasil – Apoio e Fomento”.

do bem cultural. Podem participar, além da comunidade de detentores, representantes de órgãos públicos e de instituições públicas e privadas, com o objetivo de contribuir para a discussão sobre quais os próximos passos da salvaguarda (Iphan, 2017, p. 15).

O objetivo das reuniões é acordar o que deve ser feito para garantir a sustentabilidade das condições de produção, reprodução e transmissão da “tradição” ao longo do tempo. Entretanto, a tarefa de gerir os recursos financeiros em caixa será de instituição designada para tal, que terá o dever de executar o Plano conforme indicado pelo coletivo deliberativo (ou Comitê Gestor, Grupo de Trabalho etc.) (Iphan, 2017, p. 16).

No caso da Festa do Divino de Pirenópolis, recebi a seguinte mensagem do Iphan em 2019, quando pedi para participar das reuniões do comitê deliberativo como parte da pesquisa de campo em Antropologia:

Em relação à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, o comitê de salvaguarda já está devidamente constituído. A quantidade, perfil e representatividade de seus componentes foram definidos em conjunto, após reuniões com os detentores, no exercício democrático que é inerente a tais coletivos. *O plano vem sendo construído* a várias mãos e as ações a serem executadas pelo Iphan para sua preservação e promoção são derivadas dos entendimentos pactuados em tal comitê. Entretanto, como exposto, o comitê tem uma atribuição específica na construção coletiva do plano, e é este o foco dos encontros. Sua construção é um processo, cujo protagonismo dos detentores é resguardado. Desta forma, as reuniões não devem possuir outros objetivos, senão ao qual se propõe. Tendo em vista o tema de sua pesquisa – os efeitos do registro –, entendemos que o referido fórum não é a instância apropriada para tal discussão, justamente pela necessidade de se objetivar as pautas dos encontros, garantido voz aos detentores (Iphan, 2019 – grifo da autora).⁸⁰

Esta resposta permitiu-me ter acesso a algumas informações referentes ao estágio do procedimento de registro em que se encontra a Festa. Como foi explicado, certas ações para a proteção do patrimônio imaterial são executadas conforme as indicações do grupo técnico; contudo, a intenção no futuro é estruturar um Plano de Salvaguarda.

Como passados nove anos do registro, o comitê gestor ainda estava se reunindo para elaborar o Plano, supõe-se que são prematuras as ações realizadas até então para preservar a Festa.⁸¹

⁸⁰ A resposta do Iphan encontra-se anexada neste trabalho na seção intitulada “ANEXO A”.

⁸¹ “2018. Realização de reunião para constituição do Coletivo Deliberativo da salvaguarda, organizada no Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis, contando com a participação de detentores do bem cultural para deliberação sobre as próximas ações. Participaram emissários de diversas entidades vinculadas à festa e foram eleitos 25 representantes e 25 suplentes para compor o coletivo deliberativo” (Iphan, 2018, p. 185).

Mesmo sem o Plano em mãos, pude mapear as ações de apoio e fomento já realizadas, que se enquadram, cada qual, em um dos “quatro eixos de ação na gestão dos bens registrados”, quais sejam: i) Mobilização Social e Alcance da Política; ii) Gestão Participativa no processo de Salvaguarda; iii) Difusão e Valorização; e iv) Produção e Reprodução Cultural (Iphan, 2017).

O Iphan já havia concluído algumas ações de apoio e fomento, ao dar prosseguimento ao procedimento de registro. Outras medidas de salvaguarda foram executadas entre 2017 e 2018, sendo que todas elas são versões dos tipos de ação de competência do Iphan listados a seguir: i) mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores; ii) articulação institucional e política integrada; iii) pesquisas, mapeamentos e inventários participativos (...); iv) apoio à criação de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda; v) difusão sobre o universo cultural do bem Registrado; vi) constituição, conservação e disponibilização de acervos sobre o universo cultural do bem Registrado; vii) ação educativa para diferentes públicos; viii) ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais (...); ix) transmissão de saberes relativos ao bem cultural Registrado e x) apoio às condições materiais de produção dos bens culturais Registrados (Iphan, 2017, p. 19).

Os dez tipos acima listados – de um total de quinze tipos de ação –, evidenciam de forma genérica o que vem sendo realizado pelo Iphan para apoiar e fomentar a reprodução e a transmissão dos saberes ligados à Festa. Selecionei os dez tipos acima, depois de entrar em contato com notícias, documentos e materiais de entrevista, que ajudaram a mapear o que foi feito até agora.

Antes de passar às ações em específico, uma informação muito importante deve ser mencionada. A cada dez anos, o Iphan ficará responsável pela “(...) reavaliação dos bens culturais Registrados para decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil” (Iphan, 2017, p. 32). Ou seja, caberá ao Iphan “entender, nos dez anos após o registro, transformações nos sentidos patrimoniais do ponto de vista dos detentores e da própria política pública”.⁸²

A legislação atualmente em vigor, que regulamenta a revalidação dos títulos de Patrimônio Cultural do Brasil, foi publicada no ano de 2019. No caso da Festa de Pirenópolis, está em curso a reavaliação, com técnicos e superintendências trabalhando

⁸² Informação fornecida pela antropóloga e técnica do Iphan, Sara Moraes, em maio de 2021.

em conjunto para “entender essas transformações [nos sentidos patrimoniais] de maneira um pouco mais ampla”.⁸³

2.1.3 *Medidas de salvaguarda da Festa*

Portanto, quais as medidas de apoio e fomento em andamento ou que já foram concluídas pelo Iphan? Para além do incentivo à produção de um dossiê e da organização de um coletivo deliberativo, o que vem sendo realizado e que se enquadra nos tipos de ação de competência do Iphan mencionados acima?

A primeira medida desse tipo de que tive notícias foi apontada por Esmeralda no início de 2019, quando conversávamos sobre a Festa. Na ocasião, ela me contou que foi convidada pelo Iphan, em 2017, para ministrar para alunos da escola pública e demais interessados uma oficina de produção de flores em papel crepom.

No documento “Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações (...)” (Iphan, 2018), a Oficina de Flores é mencionada como uma das medidas de apoio e fomento da Festa. Outra oficina, de Máscaras, também faz parte das ações de salvaguarda propostas pelo Iphan, em parceria com o governo de Goiás, com a Comissão Pirenopolina de Folclore e com a Prefeitura Municipal de Pirenópolis (ver figuras 11 e 12).⁸⁴

Quando o volume 17 da “Coleção Dossiê dos Bens Culturais Registrados {Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis- Goiás}” foi lançado na sede do Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis, simultaneamente, era realizada a abertura da exposição das peças produzidas nas oficinas acima mencionadas, voltadas para a confecção de “artefatos tradicionais” e capacitação de jovens (Iphan, 2018, p. 187).⁸⁵

⁸³ Informação fornecida pela antropóloga e técnica do Iphan, Sara Moraes, em maio de 2021.

⁸⁴ A programação completa do ciclo de oficinas está disponível aqui: <<http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/4359/>> Último acesso em: 25 jan. 2021.

⁸⁵ Tanto a publicação e o lançamento do Dossiê, como a exposição das peças produzidas nas oficinas são medidas de salvaguarda da Festa do Divino apresentadas no documento *Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações* (2018), do Iphan.



Figura 11: Oficina de flores na casa do patrimônio do Iphan em Pirenópolis-GO. Foto: Acervo Iphan, 2017. Um adendo à legenda que consta no material do Iphan (2018): na foto, podemos ver Esmeralda ministrando a oficina de flores em crepom para crianças.



Figura 12: Oficina de máscaras no Museu do Divino. Centro Histórico de Pirenópolis-GO. Foto: Acervo Iphan, 2017.

Na seção do dossiê intitulada “Medidas de Salvaguarda” (Iphan, 2017, p. 117), uma das sugestões do grupo técnico para a preservação da Festa foi: “realizar exposições

de fotografia e exibir os vídeos produzidos para a instrução do processo de registro, como forma de devolução do conhecimento produzido durante a pesquisa à sociedade de Pirenópolis” (Iphan, 2017, p. 118).

Apesar de não podermos falar em exposição de vídeos e fotografias do grupo técnico, conclui-se que uma das medidas de salvaguarda sugeridas no dossiê foi executada com pequenas alterações na ocasião de lançamento do volume 17 da “Coleção (...)” na sede do instituto, em Pirenópolis.

Com isso, passamos à próxima seção – não sem antes chamar a atenção para o que conclui o grupo técnico sobre a cadeia de transmissão da Festa:

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis está com sua cadeia de transmissão garantida e não corre risco de extinção, pelo menos em médio prazo. A comunidade local encontra-se envolvida com os festejos e utiliza maneiras próprias de transmitir seus valores para as próximas gerações, criando, até mesmo, modos de festejar voltados para a formação do gosto pela tradição em jovens e crianças (Iphan, 2017, p. 111).

Logo, depreendemos que o trabalho do Iphan não se limita a proteger patrimônios ameaçados de extinção. Limitar-se à ideia de conservação do patrimônio seria contraditório, pois o que consta no dossiê é que não há risco de que a celebração desapareça no médio prazo. Isto significa dizer que o procedimento de registro é muito mais amplo, contemplando outros objetivos, como: promoção, divulgação, apoio, fomento etc.

2.2 Os efeitos da patrimonialização de bens imateriais

Na seção anterior, tratamos dos potenciais benefícios para “povos e comunidades tradicionais” de se ter reconhecido pelo Estado o valor cultural que atribuem ao seu patrimônio. Contudo, cabe analisar os reais impactos sentidos pelos pirenopolinos com o registro da Festa do Divino Espírito Santo pelo Iphan.

Na literatura antropológica, muitos autores têm discutido os impactos positivos e negativos advindos do reconhecimento de bens culturais como patrimônio do Brasil.⁸⁶ Em tese, uma maior divulgação implica em maior número de turistas, que decidem por algum motivo visitar esses locais e participar dessas manifestações. Porém, cabe refletir sobre os efeitos colaterais da patrimonialização. Por exemplo, como os visitantes podem contribuir para a preservação de hábitos e costumes? Em que medida a transformação da

⁸⁶ No artigo de Tamaso (2005, p. 17 – nota de rodapé nº 5), a autora faz menção a alguns desses trabalhos.

cultura local em atrativo turístico poderia transformar o próprio patrimônio? Que prejuízos as “tradições” poderiam sofrer ao ser inseridas em uma nova lógica de produção e reprodução das práticas? Quais são os conflitos inerentes ao procedimento de registro?

Um dos principais conflitos expostos no dossiê da Festa (2017, p. 117) diz respeito à “quebra da escala de redes de sociabilidade familiar e na introdução de uma escala de massa”. Ou seja, o turismo em larga escala é apontado, para o caso da Festa do Divino de Pirenópolis, como uma interferência externa que dispersa as referências culturais da comunidade, introduzindo novas questões que antes não faziam parte do repertório local.

No mesmo documento, o Iphan contrapõe o turismo de massa ao turismo cultural, sendo este último um tipo ideal que respeita “as redes de sociabilidade local, com seus códigos de usufruto e convivência, seus ícones e referências espaciais e culturais” (Iphan, 2017, p. 115). Os visitantes que praticam o chamado turismo cultural são o público-alvo do Iphan por não apresentarem risco iminente à produção e à reprodução da “tradição”. Ao contrário, o que se quer evitar é o turismo de massa, como pode ser exemplificado pelo que aconteceu, em 2008, na folia da Roça (Iphan, 2017, p. 113). Ao ficar conhecida pelos seus bailões e festejos que se estendem madrugada adentro, a folia chegou a perder pousos (nos ranchos e fazendas vizinhos) pelos problemas causados aos moradores devido ao enorme volume de pessoas, como a destruição de plantações, acidentes de trânsito e brigas entre visitantes (Iphan, 2017, p. 112 e 113).

Portanto, cabe agora investigar o que os próprios festeiros identificam como sendo os impactos do registro da Festa pelo Iphan, o que será discutido no próximo capítulo. De antemão, vale ressaltar que cada um dos seis interlocutores – Esmeralda, Lunildes, Adail, Celmo, João Paulo e Augusto – forneceu relatos riquíssimos para a realização desta pesquisa. Sem o relato de cada um, este trabalho não estaria completo.

Capítulo 3

3.1 Os efeitos do registro aos olhos (e sentidos) de seis interlocutores

O que vem a ser o registro para seis pirenopolinos é algo bastante concreto e material (nos termos do materialismo histórico de Karl Marx). Quais foram os parâmetros utilizados e os significados atribuídos por cada um à presença do grupo de trabalho do Iphan em Pirenópolis? Nesta seção, os sentidos do ato de se ter o patrimônio cultural reconhecido pelo Estado e os seus desdobramentos serão apresentados de maneira a contemplar as percepções dos interlocutores.

Sobre o aspecto formal deste capítulo, cabe ressaltar que os parágrafos foram escritos com muitos sinais de aspas intercalados com análises dos atos de fala, de modo a contemplar a percepção *stricto senso* dos atores sociais. A intenção, com isto, é dar a centralidade devida à trajetória de cada um. Por fim, ressalto que as exposições não estão organizadas na ordem das entrevistas, mas sim em termos de afinidades eletivas entre os assuntos abordados por cada interlocutor.

3.1.1 *Esmeralda*

Como havia dito anteriormente, a primeira pergunta que fiz à Esmeralda, na ocasião da nossa conversa, foi sobre o registro da Festa pelo Iphan, em 2010, como Patrimônio Cultural do Brasil. Sobre isto, a artesã começou contando que a venda de artesanato local caiu muito, o que ela atribuiu à crise econômica, que teria afetado o comércio e outros setores da economia. Antes de 2010, vendia-se muito mais artesanato, constata ela.

Além disso, apesar do número de turistas em Pirenópolis ter aumentado significativamente, o consumo de artesanato não cresceu na mesma proporção. Ainda são os turistas que compram grande parte da produção local. As peças de Esmeralda, por exemplo, vendem mais na loja do Museu das Artes do Divino, para visitantes em excursão a Pirenópolis.

Há mais de 30 anos que a artesã trabalha confeccionando máscaras artesanais. No passado, chegou a produzi-las em diferentes tamanhos e formatos, mas foi aperfeiçoando a técnica e a percepção do mercado, até o momento em que decidiu se limitar a produzir máscaras em tamanho menor. Trabalhar na grande era muito demorado:

you tem que pegar o chifre do boi, aquele chifre do boi mesmo, pra vocẽ cobrir [e moldar]. Aí, vocẽ pega o chifre, vai trabalhando nele. O molde é o boi. Aí, vocẽ vai colando com jornal. (...) cada artesão faz o seu molde, sabe?! Vocẽ vai fazer um trabalho com jornal, aí depois vocẽ vem colando, colando. É um trabalho muito demorado. Inclusive, se vocẽ faz as cabeças, vocẽ faz a cabeça e o chifre solto. Depois, vem e cola tudinho. É uma coisa bem demorada.

Apesar da máscara grande ser mais lucrativa (já que vale mais no mercado), a produção da menor é considerada por ela mais vantajosa, pois, além de produzir mais em menos tempo – 20 unidades por dia –, não depende de condições climáticas favoráveis, no caso, da luz solar, para secar as peças. Ao invés disso, utiliza o forno do fogão para secá-las nos dias úmidos e frios.

Na época em que confeccionava máscaras grandes, contratava sempre alguém para pintá-las em seu lugar, porque o processo a cansava. Depois de se especializar na produção das máscaras menores, passou a pintá-las por conta própria, atribuindo sentido à escolha das cores: “(...) cada máscara que vocẽ pinta, parece que tira alguma coisa de dentro de vocẽ. Vocẽ vai jogando com aquelas cores”.

Em 2010, algumas pessoas encomendaram a ela várias unidades de máscara para um evento que ocorreria em Brasília. Esmeralda chegou a produzir 400 unidades, e observou com entusiasmo o movimento de pirenopolinos levados à capital “para se vestir de mascarado e entrar num evento que ia ter”.

Antes de 2010, a artesã vendia cerca de 1.000 peças, na PIRETUR, no intervalo de dois meses. Nove anos depois, ela venderia 200 peças no mesmo intervalo de tempo – “não caiu muito [o consumo]?!”, perguntava-se. Apesar disso, as vendas têm sido compensadas em alguma medida pelas encomendas que tem recebido de turistas. Dois dias antes da nossa conversa, um grupo de visitantes manauaras teria feito um pedido grande de máscaras a ela. Entretanto, por conta do cenário de instabilidade da profissão, muitos artesãos teriam deixado de produzir “artesanato tradicional” para fabricar móveis como alternativa de subsistência.

Atualmente, Esmeralda não só produz máscaras e flores, como também pinta móveis e confecciona uma série de outras coisas. Mas ela contou que teve um momento em chegou a “viver de máscara”: “já comprei um carro pra mim com máscara, mas hoje vocẽ não consegue mais o que vocẽ conseguia”.

Ainda que o turismo em Pirenópolis venha crescendo a cada dia, não cresce na mesma proporção o consumo de artesanato. Para ela, gasta-se mais com comida e

produtos de primeira necessidade, e menos com artefatos da cultura local: “muitos artesãos já abandonaram [a profissão], nem tão mais mexendo com isso”.

Como não têm filhos, Esmeralda teria certa margem de liberdade para escolher produzir o que gosta, sempre aliando a produção do que vende mais àquilo que vende menos; o que pessoas com filhos e parentes para sustentar, por vezes, não podem se permitir fazer: “é muito complicado, né?!” – questionava-se.

Perguntada mais uma vez sobre o registro da Festa pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, Esmeralda contou que um antigo prefeito da cidade, Rogério Figueiredo (2005-2008), “seleccionava os turistas” que iam para a Festa, muitos dos quais consumiam artesanato.

Na época de Rogério Figueiredo, Esmeralda disse que vendia demais: “era a melhor época, tem mais ou menos oito anos. (...) porque ele divulgava, buscava as coisas fora, chamava gente, mas só gente de qualidade, só turista bom. Não vinha esse frevo, porque agora vem 40.000 pessoas pra cá no carnaval (...)”.

Incomodada com o número de turistas que visitam Pirenópolis no carnaval, ela complementa o argumento com o seguinte ponto de vista:

Eu acho o cúmulo do absurdo esse trem, porque a cidade não comporta esse tanto de gente, não. Eu acho que não devia nem deixar entrar esse tanto, entendeu?! Vai dar muita coisa ruim aqui na cidade. Você viu a cidade? Não tem estrutura pra esse bando de gente.

Em comparação, os dias mais cheios da Festa do Divino Espírito Santo são apenas dois: o Sábado e o Domingo do Divino. Depois disso, a maior parte dos turistas vai embora e ficam os moradores locais, além de visitantes dos municípios vizinhos. Os turistas da Festa, segundo Esmeralda, são: “[o] pessoal de filmagem, de foto, dos Estados Unidos, de fora do Brasil, tudo pra filmar e participar da Festa. Aí, vão embora no outro dia”. Um pessoal relativamente mais tranquilo do que os visitantes de Pirenópolis no carnaval, conhecidos por beber muito e usar drogas ilícitas – explica Esmeralda. “Na Festa, é mais tranquilo, mais selecionado. Não é essa bagunça que vem pro carnaval”.

Apesar disso, Esmeralda diz vender na Festa o mesmo tanto que vende ao longo de todo o ano, sem exceção. Depreende-se da fala da artesã a hipótese de que na época da gestão do prefeito Figueiredo, pessoas de fora do Brasil eram convidadas a participar

da Festa e, por conseguinte, conhecer os atrativos locais – uma forma de impulsionar o turismo na cidade.

A artesã contou que foi contratada pelo Iphan, em 2017, para dar uma oficina de flores em conjunto com outros artesãos, produtores de máscaras e standartes. Como uma das prioridades do Iphan era oportunizar o ensino de “técnicas tradicionais” aos alunos da rede pública, Esmeralda foi convidada para ensiná-los a fazer flores em papel crepom. Depois de se auto identificar como “oficineira da cidade”, ela disse que optou por não colocar a classificação no currículo, porque o que realmente gosta é de trabalhar sozinha, “quietinha”, noite adentro: “eu empolgo, converso com as minhas peças e pinto telas também” – explica a artesã.

Sobre a conversa com as peças, ela disse que joga energia boa nelas para vender bem: “você joga uma coisa boa pra ela ter saída, pra vender as suas coisas né?! E, graças a Deus, minhas coisas saem bem. Por isso.”

Apesar de considerar que suas peças vendam bem em comparação com as de outros artesãos, Esmeralda contou que não é uma artista muito prestigiada, assim como outros artistas da cidade, muitos dos quais estariam deixando a profissão, “porque você só é valorizado quando você morre”, explica Esmeralda. Sobre isso, disse que Pirenópolis é uma cidade de artistas, mas que falta:

(...) montar uma oficina, chamar as pessoas, era isso que era o bom, né?! Dar uma oficina ao ar livre, eu falei para o prefeito, vamos montar uma oficina nesse lago para o pessoal ver (...), eu ia no final de semana, punha o mascarado sentado ali, vamos ensinar para o pessoal de fora. Toda cidade tem um atrativo, né?! Ia ser uma coisa boa para a cidade. Todo mundo ia sentar lá e ver um pouquinho do nosso artesanato, das coisas da gente.⁸⁷

Como mencionado acima, Esmeralda participou de uma oficina coletiva ao ser contratada pelo Iphan em 2017. A oficina teria acontecido pouco antes da Festa daquele ano, para ensinar às crianças como produzir “artefatos tradicionais” ligados à Festa, além de ensiná-las também a “ganhar o [próprio] dinheiro”, “porque na época da Festa, se você firmar fazendo flores, fazendo coisas, você ganha dinheiro. Porque os mascarados compram muitas flores que eles gastam no cavalo. É todo enfeitado. O pessoal gasta.”

Para finalizar, perguntei a ela sobre o porquê de os mascarados gastarem tanto para se enfeitar, e ela respondeu que:

⁸⁷ Trecho da entrevista realizada com Esmeralda em 20/02/2019.

É porque é uma coisa dentro deles, igual eu fazer as minhas máscaras. Aquele rapaz vai lá e fica todo tampado, ninguém sabe quem é. Algumas pessoas se refugiam debaixo de uma máscara, que às vezes quer ser uma coisa que não é, e outros é porque gosta mesmo. Porque é muito lindo na hora que você vê eles esguios pela cidade. No primeiro dia, eles empinam o cavalo.⁸⁸

3.1.2 *Lunildes*

Lunildes de Oliveira Abreu trabalha com artesanato desde criança, fazendo “as capinhas dos cavaleirinhos” de brinquedo dos irmãos. Desde então, nunca mais largou o ofício de artesã, que sempre esteve atrelado à fabricação de peças representativas da cultura local. Esta ligação, desde o princípio, entre as peças artesanais e a cultura local é justificada por ela com base no argumento sobre a riqueza e a beleza da cultura pirenopolina, “com muito som, muita imagem e muita cor”.

As peças de Lunildes são reproduções artesanais dos cavaleiros das cavalhadas (ver figura 13), das pastorinhas, dos estandartes, das bandeiras do Divino Espírito Santo, das flores de Pirenópolis e, sobretudo, daquelas do tipo *rosa*, pois “elas fazem parte da gente. Você encontra flores desde o nascimento, a criança cresce nos movimentos folclóricos, nas procissões, vendo os estandartes, os altares... tudo tem [a] *rosa*... Então, tento reproduzir [dentre outras coisas] as *rosas* em cerâmica, no barro”.

⁸⁸ Trecho da entrevista realizada com Esmeralda em 20/02/2019.



Figura 13: Algumas das peças fabricadas por Lunildes. Na imagem, vemos os cavaleiros cristão e mouro reproduzidos por Lunildes em tamanho pequeno. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Ela e a irmã, também artesã, já produziram estandartes de dois metros e meio de altura, com uma figura que representa o Divino bordada em conjunto com flores e outros símbolos locais. A intenção por detrás da confecção seria reproduzir a religiosidade de diferentes formas.

Sobre a Festa, Lunildes contou que começou a participar dela mais ativamente no papel de pastorinha,

Que é um cordão azul, é uma opereta que é cantada. A fila de meninas, normalmente adolescentes, é composta por 12 meninas vestidas de azul iguaizinhas, e outras 12 vestidas de vermelho, que cantam o auto do Natal, mas na época da Festa do Divino Espírito Santo. Então, todas as mocinhas passam por essa fase.⁸⁹

Além de ter participado como pastorinha, Lunildes já bordou as capas das roupas de alguns dos cavaleirinhos mirins, mas nunca as capas dos cavaleiros das cavalhadas. Ela contou que o neto dela, “corre na cavalhadinha mirim. Ele e outros cavaleiros mirins correm de cavalo de pau. Mas é muito bonitinho, eles seguem as mesmas carreiras que os adultos.”

⁸⁹ Trecho da entrevista realizada com Lunildes em 28/02/2019.

Apesar de ser uma “tradição” nova na Festa, o hábito dos meninos pequenos de correr com o cavalo de pau nos grandes quintais das casas pirenopolinas, segundo Lunildes, é muito antigo: “os quintais são grandes e eles [os meninos] encenavam [as cavalhadas] eles mesmos. Hoje, não, já é tudo bonitinho, vermelhinho, igual aos adultos.”

A cavalhadinha mirim acontece dez dias depois da Festa do Divino Espírito Santo. Segundo a artesã, o festejo toma forma em vários bairros do município: “primeiro, começou na Vila Matutina, com a Festa mirim; tem o festeiro mirim, a missa, eles fazem tudo igual. Depois, tem a outra, que é a daqui do centro, e agora tem a lá do Bonfim também, quer dizer, já tem três manifestações da cavalhadinha.”

Além disso, Lunildes explicou que o turismo em Pirenópolis cresceu muito nos últimos anos, mas muitos visitantes não conhecem realmente o valor da cultura pirenopolina, “que é aquela coisa de raiz, passada de pais, avós...”. Alguns, diria ela, participam com fé, com devoção. Mas “parece que o turismo entra como avalanche. Eles [os turistas] vêm de uma vez, e, às vezes, a gente não está muito preparado para receber o turismo. Às vezes, ele vem e detona com a nossa cultura. Essa é uma preocupação que a gente sempre tem.”

Por causa disso, Lunildes estaria preocupada em oferecer cursos e oficinas à comunidade com a função de contribuir para a reprodução e transmissão da “cultura tradicional” pirenopolina:

(...) antigamente tinham muitas pessoas que faziam peças de barro, cerâmica, faziam panelas, potes, utensílios domésticos, vasos etc., mas as pessoas foram envelhecendo, morrendo, e os descendentes não querem [continuar produzindo]. Então, essa é uma grande preocupação nossa, de passar pra frente um pouco do que a gente sabe e não deixar essa tradição morrer, essa cultura.⁹⁰

Ela sempre trabalhou oferecendo oficinas e cursos. Já ensinou a confeccionar presépios, estandartes, flores etc. Inclusive, Lunildes e Marta, sua irmã, foram chamadas pelo Iphan para trabalhar no ciclo de oficinas de 2017, que foi citado por Esmeralda. Lunildes ficou responsável por ensinar a bordar estandartes para crianças da rede municipal.

Além dos estandartes, ela contou que todos os participantes da oficina ajudaram a bordar duas “grandes” bandeiras, uma azul e outra vermelha, que seriam doadas ao Iphan “para deixar como lembrança”. No dia da exposição das peças na sede do Iphan em

⁹⁰ Trecho da entrevista realizada com Lunildes em 28/02/2019.

Pirenópolis, “veio a secretária de educação na época, a superintendente do Iphan em Goiás, a primeira-dama na época, Valéria Perillo... Todos encantados com os trabalhos das crianças”. Os estandartes de veludo foram bordados com desenhos que se pareciam com as casas da cidade, com a Igreja Matriz e com uma série de outras referências à cultura local.

A artesã concluiu que iniciativas como esta são muito importantes para a promoção da “tradição local”, principalmente, por conectar os artesãos às novas gerações:

Porque as bordadeiras, que também bordam as capas dos cavaleiros, elas sempre falam que não têm pessoas jovens que querem aprender. Hoje é muito rápido, sabe?! As coisas acontecem muito rápido. O que demora pra você curtir, não interessa ao jovem, não tem muito o interesse da criança. Então, a gente sempre volta naquela coisa – vamos fazer o que os nossos avós faziam? Quer dizer, lógico que melhorando. Por exemplo, na confecção de cerâmica, eu já tive aquelas marombas enormes de triturar o barro, processar ele até ficar bom, macio. Hoje em dia, não tenho essa força mais. Então, a gente compra o barro já triturado, processado, e não precisa ficar lá socando o barro. É sempre bom inovar. Mas a gente valoriza muito aquela coisa da cultura, da tradição, de não deixar morrer. O povo tem história, né?! A cidade tem muita história.⁹¹

Apesar de considerar a grande quantidade de turistas como um problema público para a cidade e a cultura pirenopolinas, Lunildes explicou que, para a Festa, tem ido um público compromissado com a preservação da cultura local. Este, explica ela, é o público “bom”, que valoriza e aprecia a “tradição”. É também, como vimos, o público incentivado pelo Iphan a visitar Pirenópolis na Festa do Divino – seriam os praticantes do chamado “turismo cultural”.

Por fim, Lunildes contou que além do Iphan a Prefeitura da cidade também incentiva a vinda de “bons” visitantes quando, por exemplo, deixa a cidade limpa, investe em mais segurança, “[de forma que] as coisas fluam melhor.”

3.1.3 *Adail*

Adail começou a nossa conversa contando que a responsabilidade de ser o rei cristão das cavalhadas é muito grande, pois ele “tem que saber resolver muita coisa dentro da Festa, dentro da cavalhada”. Cavaleiro há 36 anos, presenciou mudanças significativas no ritual ao longo do tempo. A primeira de que se lembrou foi a da roupa dos cavaleiros.

Como a Festa “é religiosa, mas também um pouco profana”, os cavaleiros têm se preocupado cada vez mais em apresentar ao público um espetáculo belo. Como rei, Adail

⁹¹ Trecho da entrevista realizada com Lunildes em 28/02/2019.

contou que precisa aplicar um pouco de dinheiro a mais na organização do ritual, “porque você tem que destacar o castelo [de mouros e cristãos], não pode ser como eram as roupas de antigamente, muito simples. Hoje, elas são bem mais elaboradas, com uns desenhos diferentes e materiais mais caros. Então, fica mais caro. É uma Festa cara, na verdade.”

As camisas dos cavaleiros eram produzidas com cetim, e as calças, com brim. A capa que eles usavam era de veludo, assim como o tecido que encobria o dorso dos cavalos; porém, o veludo utilizado “era um tal de marabu ou armin”, menos requintado que o do tipo boá, considerado mais difícil de encontrar. Para explicar a diferença entre eles, Adail estimou o preço dos dois: “o armin hoje deve ser uns 5 ou 10 reais o metro, enquanto o boá é 220 reais uma peça de 1 metro e 70 [centímetros]”. Além do veludo boá, os cavaleiros investidos na posição de rei costumam usar tecido de alpaca no capacete e no peitoral: outro material considerado de “tipo nobre” (ver figura 14).



Figura 14: Cavaleiro cristão no campo das cavalhadas. Chama a atenção a riqueza de detalhes da roupa do cavaleiro e do cavalo. Ao fundo, vemos o castelo cristão das cavalhadas. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Contudo, apesar de se referir à mudança na indumentária dos cavaleiros como uma novidade, ela teria começado já na década de 1970, quando “novos uniformes e fardamentos” (Silva, 2018, p. 81) substituem o modelo usado por eles naquele momento, que se assemelhava ao fardamento militar. Hoje em dia,

cavaleiros mouros e cristãos vestem uniformes vermelhos e azuis, respectivamente, que possuem detalhes bordados; e coroas, para os reis. Essa mudança foi protagonizada pelo cavaleiro Possidônio Guilherme Rabelo – que era assessor jurídico da Goiastur, ‘empresa de turismo estadual ligada à Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e ao Movimento Nacional do Patrimônio Histórico’” (Silva, 2001, p. 152 apud Silva, 2018, p. 81).⁹²

Grande parte dos turistas que decide visitar Pirenópolis nos dias de Festa, assim o faz considerando assistir ao primeiro ato do primeiro dia do ritual das cavalcadas, conhecida por alguns como “o ponto folclórico mais forte de Pirenópolis”⁹³. Por isso, Adail explicou que quem vai à cidade nos dias de Festa, está à procura de atrações e espetáculos que cativem por sua beleza, unindo o “moderno” ao “tradicional”, já que “se você deixar aquelas mesmices de todo ano, vai ficando para trás”.

Para tanto, ele exige que todos os seus “soldados”⁹⁴ se vistam bem, participem do processo de produção das próprias roupas e tenham bons cavalos – o que agrega valor ao ritual e atrai novos visitantes.

O título de patrimônio cultural é outro fator de impacto que pode contribuir para a valorização do ritual. Apesar de não ter participado diretamente do procedimento de registro da Festa, Adail apareceu como “figurante” no “livro do tombamento”: “eu faço parte dele, têm fotos minhas lá, algum depoimento meu, apesar de não ter ido nas reuniões [convocadas pelo Iphan]. Na época, [a Festa] mudou muito”.

Para ele, com a chegada de novos “figurantes”, o ritual das cavalcadas corre o risco de tornar-se outra coisa, distante da “tradição”. Por isso, ele reconhece a importância do título concedido pelo Iphan, pois é preciso trabalhar “o resgate da Festa”, já que “se você deixar, ela vai acabando”.

⁹² “Segundo [Possidônio] Rabelo (Silva, 2001 apud Silva, 2018, p. 81), a nova indumentária era mais fiel à tradição histórica das cavalcadas. Contudo, o ‘histórico’ aqui se desloca do contexto local para a história dos livros e relatos de viajantes. Desse modo, a busca da ‘autenticidade’ histórica dos uniformes foi inspirada nos relatos de intelectuais que falaram sobre as cavalcadas, como, por exemplo, Câmara Cascudo (1988). O autor, ao se referir sobre as vestimentas usadas no auto da cavalcada de cristãos e mouros, que ocorreu na comemoração da aclamação de D. João VI, descreve-as de maneira muito ao que foi incorporado no auto de Pirenópolis: ‘Cristãos e mouros vestiam veludo azul e vermelho, bordados a ouro’ (Cascudo, 1988, p. 262 apud Silva, 2018, p. 81). Contudo, a esse interesse de ‘resgate histórico’, se soma ainda o fato de que as novas indumentárias são mais luxuosas e dão uma beleza visual ao auto dramático” (Silva, 2018, p. 81 e 82).

⁹³ Trecho da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

⁹⁴ Nomenclatura nativa para se referir aos outros cavaleiros.

“Muitas coisas que para as pessoas [de fora] são simples, para a tradição é importante”. Portanto, a estratégia adotada tem sido manter “a simplicidade, da maneira que a gente usava, mas com a beleza da atualidade”:

A gente tem que prestar muita atenção para não deixar acabar aquelas coisas simples, que aparentemente não têm muito sentido. Igual você vê uma catira que a gente usa, um cantarolado na rua que a gente canta, quando a gente vai montado nos ensaios, jogar bola que a gente joga de bota. Então, são coisinhas assim, que às vezes as pessoas de fora percebem a diferença de uma atualidade, às vezes não precisava existir, mas a gente faz questão que isso exista.⁹⁵

Na seção do primeiro capítulo dedicada às cavalhadas, o relato de Adail sobre as funções (econômica, social etc.) do ritual ajuda a visualizar o seu sentido como espetáculo importante da Festa do Divino. Para além dos benefícios econômicos, ele contou ainda que gosta de “representar” ou atuar, pois “não deixa de ser uma honra para a gente participar da cavalhada, que é uma coisa tradicional, já histórica (...)”.

Considerando-se o “figurante principal”, reiterou que é por isso que faz tantas exigências aos cavaleiros, para “não deixar que [a Festa] acabe na mão da gente” e que “não tenha queda [em sua popularidade]”.

Portanto, o ciclo virtuoso (de mais popularidade e financiamento) culminou na possibilidade de remuneração dos trabalhadores da Festa. Aqueles que não recebem o pagamento por conta da escassa quantidade de recursos em caixa, são contratados pelo Imperador ou pela Prefeitura com a promessa de receber na próxima edição. Deste modo, ninguém deixaria de participar por razões econômicas.

Desde o seu reconhecimento como patrimônio cultural, a Festa passou a contar com um público turista cada vez maior. Se no passado chegou a ser considerada “simplesinha”⁹⁶, depois da titulação, popularizou-se de vez. Alguns visitantes, inclusive, têm pedido aos organizadores das cavalhadas para mudar os dias do ritual, com o intuito de encaixá-lo no intervalo de um final de semana completo (sexta-feira, sábado e domingo). Porém, Adail faz questão de lembrá-los que a data da Festa segue o calendário religioso: “além de ser uma Festa meio que local, ela é religiosa. Todo ano ela acontece 10 dias antes de Corpus Christi. Se você quiser fazer as contas e ver em que dia [a Festa] cai daqui a 20 anos, vai saber seguindo o calendário religioso”.

⁹⁵ Trecho da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

⁹⁶ Trecho da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

Ainda sobre a “reorientação turística da cavalcada (...)” (Silva, 2018, p. 82), o governo do estado de Goiás aprovou, no ano de 2003, a reforma do campo das cavalcadas, espaço para onde foi transferido o ritual desde a década de 1960 – em 1966, para ser mais exato. A reforma do espaço, que começou em 2003, tinha sido prevista para acabar em 2006, três anos mais tarde.

Na opinião de Adail, a reforma pode ser considerada positiva, se analisada em perspectiva ampliada. Contudo, algumas mudanças na estrutura do campo interferiram na forma do espetáculo, que precisou ter certos aspectos adaptados à nova espacialidade.

Apesar das arquibancadas e dos camarotes suspensos⁹⁷ darem maior conforto aos espectadores (visitantes, familiares dos cavaleiros, políticos locais etc.), Adail contou que, de alguns lugares do campo, “não é possível ver a cavalcada passar”, pois, “dependendo do ângulo em que você estiver, haverá pontos cegos”. Além disso, se os cavaleiros passaram a contar com uma área relativamente maior para apresentar o espetáculo, os mascarados, em contrapartida, acabaram perdendo espaço para a exibição de si. Entretanto, aos olhos de alguns – como na percepção de Adail –, a arena teria ficado bonita, mesmo que 16 anos mais tarde, em 2019, a reforma ainda estivesse em vias de ser concluída – de acordo com Adail.

Sobre a caracterização dos mascarados, Adail explica que eles também são cobrados para que se vistam adequadamente, como manda a “tradição” – são aconselhados a usar máscara “de catolé” ou “de boi”, e a evitar as máscaras “de borracha”.

No primeiro dia das cavalcadas, os cavaleiros correm sete carreiras; no segundo dia, onze carreiras; e, no terceiro dia, nove carreiras. Corridas duas delas, eles abrem espaço para os mascarados entrarem em campo. Após ficarem mais ou menos 20 minutos “zanzando” de um lado para o outro, a narrativa histórica das Cruzadas é retomada.⁹⁸

Por fim, sobre as recentes reuniões do comitê deliberativo (para a montagem do Plano de Salvaguarda), Adail diz ter participado de mais ou menos três ou quatro delas. Com relação ao conteúdo das reuniões, ele destacou que estavam:

⁹⁷ Os camarotes continuam sendo feitos de madeira, com palha de bacuri, mas passaram a ocupar um espaço privilegiado do cavalcódromo – as laterais do campo –, diferentemente do terreno “todo desconcertado” de antigamente. Porém, antes da reforma, os mascarados podiam andar “por baixo dos camarotes”. Trechos da entrevista realizada com Adail em 13/05/2019.

⁹⁸ Informações disponibilizadas por Adail em entrevista no dia 13/05/2019.

discutindo sobre isso mesmo, para manter os cânticos, as vestes, manter os costumes, para não deixar acabar as tradições, de falar sobre as máscaras, de não deixar a máscara de borracha entrar, sabe?! Então, as coisas que atrapalham, a gente quer tirar, e o que é bom, a gente quer manter (Adail, 2019).

3.1.4 *Celmo*

Celmo foi o Imperador da Festa do Divino Espírito Santo de 2019. Neste mesmo ano, completaria 17 anos de Festa como alferes da folia do Padre, também chamada de folia da Renovação Cristã. O alferes, de acordo com Celmo, é o encarregado de levar a bandeira do Espírito Santo junto com o outro alferes – contabilizando dois alferes ao todo.

A quantidade de tempo gasto por ele participando da folia do Padre é a mesma de existência da própria folia. Ele só não participou como alferes em 2019, pois estava assumindo a posição de Imperador da Festa daquele ano; posição almejada por ele há bastante tempo, assim como por outros participantes da Festa. Ano após ano, Celmo colocava o “nome na sorte”, até que, um dia, “o Divino Espírito Santo iluminou, que saiu meu nome lá”, comenta Celmo.

O Imperador, de acordo com ele, é aquele que toma conta da Festa – “corre atrás das coisas” –, mas com a ajuda da comunidade, “de todo mundo”, pois “sozinho não se faz nada”.

Sobre quando teria começado o seu envolvimento com a Festa, ele contou que, desde menino, “vai vendo a Festa, acompanha os mascarados”. Chegou a contar que já “saiu de mascarado” e participou da folia da Roça. Mais tarde, teria decidido migrar para a folia da Renovação Cristã, “que o Padre Luís Virtuoso teve a iniciativa de criar”. A mudança teria sido motivada pela vontade de se afastar “das coisas mundanas” da folia da Roça. Ou seja, a folia do Padre teria contemplado os interesses de uma série de foliões que procuravam na folia por “missas, alvoradas, catiras, [mas] não o som, a bebida alcoólica etc.”

A folia da Renovação Cristã acontece uma semana antes das outras duas – folia da Roça e folia da Cidade –, “quando uma está chegando, as outras estão saindo”. Além disso, as folias da Roça e do Padre acontecem na zona rural, enquanto a folia da Cidade é um festejo urbano. Sobre a folia do Padre “sair” antes das outras, Celmo explicou que isso acontece, porque ela tem que chegar antes da novena em louvor ao Divino Espírito Santo, “porque, senão, não faz sentido a folia ‘do Divino’ e, enquanto você está girando a folia, está começando a novena aqui. Então, tem que chegar antes para participar”.

Além da mudança na folia, Celmo presenciou uma série de outras transformações na Festa com o passar do tempo. Uma delas, teria já virado “tradição”. O mascarado “de índio”, como é chamado, já é a maioria dos que “saem de mascarado” no segundo dia das cavalcadas. Eles “só vestem uma bermuda, põem uma máscara na cara e montam num cavalo”. A diferença para o mascarado considerado tradicional – que usa máscara de boi e “gasta dinheiro para decorar o cavalo” –, é que o mascarado de índio “só compra uma máscara de 20 reais e monta num cavalo sem cela”. Para Celmo, a “nova tradição” não é normal, nem bonita, mas tem forte apelo entre os festeiros, porque fica mais barato sair de mascarado “de índio”. Apesar da popularidade alcançada, ainda não há premiação para a nova categoria, “porque não é característica da Festa do Divino, não” (ver figura 15).



Figura 15: Mascarados "de índio" no campo das cavalcadas. Sair "de índio" já seria uma tradição do segundo dia das cavalcadas em Pirenópolis. Foto: Flávia Mendonça, 2019.

Sobre a mudança no número de turistas depois de a Festa sido reconhecida como patrimônio cultural, Celmo diz não entender muito bem sobre o processo de patrimonialização, mas que, aparentemente, o número de turistas em Pirenópolis cresceu muito nos últimos anos.

O ritual das cavalcadas receberia mais turistas do que os outros, porque é o festejo mais divulgado – de acordo com Celmo. Para ele, a “parte cultural” da Festa é mais divulgada do que a “parte religiosa”, porque não teria a ver com religião.

No primeiro dia das cavalhadas, antes de começar o auto dramático, entram em campo diferentes grupos “folclóricos”, como a contradança, a catira, as pastorinhas etc., para mostrar aos visitantes uma síntese do que seria a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis.

Segundo o antropólogo Bruno Silva (2018), esta seria uma forma de compilado da Festa, de modo a permitir ao visitante o encontro com uma síntese dos eventos que se desdobram durante dias e semanas de Festa na região. O caráter de espetáculo, portanto, reforçar-se-ia por meio deste primeiro ato dramático.

Celmo conclui, dizendo que considera a Festa do Divino de Pirenópolis a mais completa dentre as Festas do Divino do país, porque:

começa com folias em louvor ao Espírito Santo, tem a congada, a pastorinha, a contradança, as novenas, as cavalhadas... Então, é um conjunto, né?! Tudo faz parte. Se faltar um festejo, parece que a Festa não está completa. Então, tem que ter tudo. Tudo tem o mesmo valor. Não pode discriminar não.

3.1.5 *João Paulo*

João Paulo foi Imperador do Divino Espírito Santo um ano antes de Celmo, em 2018. Por ter voltado a morar em Pirenópolis no ano anterior, em 2017, havia tomado a decisão de não concorrer ao sorteio para o encargo de Imperador naquele ano.⁹⁹ Porém, nascido e criado em Pirenópolis – apesar de ter morado fora da cidade durante boa parte de sua vida –, decidiu participar da novena, quando foi lembrado do desejo do pai de ter sido Imperador do Divino em vida: “todos os dias na Igreja Matriz, eu ficava namorando a coroa do Divino durante a novena, ao longo da missa”.

Durante a novena, a coroa fica em exibição na Igreja Matriz para que os devotos possam adorá-la e admirá-la. Após o sorteio do encargo de Imperador, em Pentecostes, a coroa é transferida para a casa do novo ocupante do cargo, indicando simbolicamente que um reinado acabou e outro está prestes a começar.

Um dia antes de encerradas as inscrições para o sorteio, João Paulo resolveu “colocar o nome na sorte” para ter a chance de ser o Imperador de 2018. Durante a missa, naquele dia, dizia ele, “ficou aquela coisinha me cutucando para que eu colocasse meu nome lá”.

⁹⁹ O sorteio, em 2017, seria para assumir a posição de Imperador em 2018.

Motivado pela vontade de honrar a memória do pai, falecido em 2013, decidiu “passar o nome” para o responsável pelo sorteio. Em 2017, ao participar do sorteio pela primeira vez, teria sido agraciado com as bênçãos do Espírito Santo.

O sorteio, realizado no final da missa de Pentecostes pelo pároco da cidade e pelo bispo da diocese, contou com a participação massiva da comunidade, que aguardava o sorteio do nome do Imperador que realizaria a Festa de número 200.

Sobre a escolha do Espírito Santo para o ocupante do cargo de Imperador, João Paulo contou que passou por uma situação, durante a organização da Festa de 2018, que teria sido a comprovação da interferência divina no curso dos acontecimentos relativos à Festa. Quando estavam preparando as comidas para a edição daquele ano, ficaram sem um dos mantimentos necessários para a preparação, e João Paulo não tinha mais dinheiro em caixa para repô-lo. Pensando a quem recorrer, teria dito o seguinte: “Deus vai prover isso daí, vai acontecer, o Divino ilumina a gente”. Assim que olhou para o portão, viu um senhor entrando com duas sacolas na mão; dentro de uma delas, havia o ingrediente faltante para terminar a produção daquele dia. João Paulo teria se espantado com o ocorrido, e relata quase ter chorado na hora. Este seria o pedaço de evidência que ele precisava para ter a certeza que:

o Imperador não é sorteado, é escolhido por Deus. No dia em que o seu nome é gritado dentro da Igreja, falado pelo Padre ou pelo Bispo, você tem a certeza de que não foi sorteado, foi escolhido. O Divino Espírito Santo te pôs ali, porque você ia dar conta, independente da condição financeira. Tudo tem seu propósito. Então, nada é por acaso. Até me vem uma emoção quando falo disso, porque é forte. É intenso pra caramba. E, assim, é uma experiência que vou levar para o resto da minha vida. Não me arrependo hora nenhuma. Eu tenho certeza de que fiz o meu melhor, da melhor maneira possível. (...) Aqui é o que eu falo, você lembrar que é o Imperador, mas você não pensar que sozinho vai dar conta da Festa. Ou você tem a sua família junto com você, ou não vai. Ou você abraça a comunidade, ou você está perdido. Eu abria o portão da minha casa às seis da manhã e só ia fechar à meia-noite. Todo mundo que queria ir almoçar lá... todo dia servia comida, não interessa para quem, o portão estava aberto e era bem-vindo. O que chegava com 1.000 reais no bolso, o que chegava lá com a boa vontade de ajudar, o valor era o mesmo para mim. Não interessava a forma da ajuda. Mesmo que seja para rezar, ótimo. A oração também é uma ajuda, não deixa de ser. Então, assim, a gente tem que abrir as portas para o pessoal. Não separar ninguém, o pobre do rico... aqui todo mundo é a mesma coisa perante os olhos de Deus.¹⁰⁰

De acordo com João Paulo, apesar de religiosa, a Festa acolhe todos os interessados em dela participar independente da religião. Além disso, Imperador e Igreja “são duas coisas bem distintas”; por exemplo, enquanto o dinheiro arrecadado pela folia

¹⁰⁰ Trecho da entrevista realizada com João Paulo em 08/04/2019.

da Renovação Carismática ou folia do Padre é endereçado à Igreja, o montante arrecadado pela folia tradicional (ou folia da Roça) é entregue “na mão do Imperador, que reverte isso para a comunidade”. Ainda, “todo o evento que é de responsabilidade do Imperador, a Igreja não participa financeiramente. Aqui, a única coisa que a Igreja faz, basicamente, é a celebração das missas durante as novenas” – salienta João Paulo.

Por ter vivido a Festa e a cidade de modo bastante singular (do ponto de vista de um *estabelecido-outsider*, por assim dizer),¹⁰¹ João Paulo conseguiu perceber mudanças na Festa da “[sua] época de garoto na cidade”, em comparação à edição em que foi o Imperador, no ano de 2018.

A primeira mudança de que se lembrou foi em relação ao empenho da comunidade, pois, para ele, o interesse coletivo em participar da Festa teria diminuído:

Porque, antigamente, só para você ter uma noção, a Festa do Divino era realizada pela cidade. Coisa de mais ou menos 20 anos, essa Festa começou a receber ajuda financeira do governo estadual e, nisso, de certa forma, do meu ponto de vista, estragou muito a Festa, porque as pessoas já deixaram de participar por gostar, por querer ajudar, tudo por causa do dinheiro. Antes, eu fazia de bom grado, porque queria ajudar, queria participar. Hoje, eu faço, porque vou receber alguma coisa em troca. A maldição do dinheiro. Então, assim, isso foi uma coisa que eu acho que me entristeceu bastante e, no ano passado, pude vivenciar isto. E quando eu era criança, de várias histórias que eu já escutei, dos meus pais, dos meus avós etc., é que o pessoal fazia por devoção mesmo, por querer ajudar, querer participar. Assim, estava no sangue. Querer estar ali, interagindo, ajudando de alguma forma. Porque todo mundo ajuda de alguma forma, que seja financeiramente, com alguma contribuição, seja doando um pouquinho do seu dia ali com algum trabalho, com qualquer coisa que seja, uma oração, se quiser ir lá só pra visitar mesmo... Porque essa Festa é da cidade, por mais que tenha o Imperador como a sua figura central. O Imperador nada mais é do que o organizador da Festa daquele ano. Ele é a cabeça lá na frente que gerencia e faz as coisas acontecerem. Mas a Festa é da comunidade. E, infelizmente, com o passar dos anos pude perceber isso.¹⁰²

O dinheiro, na perspectiva de João Paulo, teria corrompido as reais motivações dos devotos para participar da Festa. Além disso, crianças e jovens pirenopolinos já não estariam se envolvendo com a celebração da mesma maneira que os meninos e as meninas de antigamente:

A molecada de hoje também não tem tanto interesse mais pra essas coisas. Antes, quando chegava o primeiro dia de Festa, a gente ficava louco – “nossa, está chegando a Festa do Divino”. Era o ponto alto da cidade. Acabava uma Festa, a gente já estava pensando na do ano que vem. Então, assim, eu tenho essa lembrança de quando era criança. Era muito gostoso. Lembrança que,

¹⁰¹ Faço referência ao trabalho “Os estabelecidos e os outsiders” (2000), do sociólogo Norbert Elias, com a intenção de provocar o leitor a pensar na figura de João Paulo como sendo as duas coisas ao mesmo tempo: um estabelecido, nascido e criado em Pirenópolis, mas que sai da cidade ainda jovem e regressa já com mais idade, colocando-se, em partes, como um *outsider*.

¹⁰² Trecho da entrevista realizada com João Paulo em 08/04/2019.

sempre que posso, passo para frente, conto as histórias. Que a molecada de hoje meio que perdeu muito o interesse por isso, da nossa Festa. E eu tenho medo, porque é um risco dessa Festa acabar, muita coisa vai se perdendo ao longo do tempo, como já aconteceu. Eu tenho certeza de que já deve ter acontecido muita coisa, mudado muita coisa ao longo dos anos, porque vai se perdendo, não foi passado de geração pra geração... E isso é triste. Ano passado, eu frisei isso durante a Festa. No entanto, eu recebia lá na minha casa, todos os dias, várias turmas de escola. Escola municipal, escola estadual, todo mundo foi lá visitar a casa do Imperador para conhecer, saber o que o Imperador faz, saber um pouquinho da história. Foi, pra mim, uma experiência maravilhosa. Você poder conversar com os pequeninim ali e tentar passar um pouquinho daquilo, sabe?! Meio que plantar uma sementinha. Para eles também abraçarem a fé e, quando estiverem mais velhos, ajudar a dar continuidade, não deixar morrer.¹⁰³

O relato de João Paulo, assim como os relatos dos outros interlocutores, ajuda-nos a complexificar questões relativas à própria Festa. Apesar de não ter sido motivada pelo Iphan, a ação promovida por João Paulo como Imperador – contar às crianças histórias sobre a Festa –, pode ser classificada como uma estratégia de salvaguarda da Festa, que tem a intenção de criar nos mais jovens o gosto pela “tradição”.

Este seria também o motivo de sua inquietação com relação à destinação de verba pública aos “festeiros”, pois teme que, no ano em que ela não vier, a Festa não aconteça. Para ele, a motivação das pessoas em participar da Festa não pode estar atrelada ao dinheiro, porque coloca em risco a sua continuidade quando os recursos não forem suficientes. Segundo João Paulo, “a Festa tem que acontecer e ser perpetuada independente de qualquer coisa (...); a gente ficou viciado nesse ponto [da verba pública], e eu acho errado, porque política é uma coisa muito instável”.

Além das mudanças já citadas, João Paulo constatou o crescimento do turismo na região, enquanto trabalhador do ramo, ocupando atualmente a posição de guia turístico, e explicou que Pirenópolis vem se consolidando a cada ano como roteiro turístico do estado de Goiás. Como consequência do aumento do número de turistas na cidade, teria crescido também a quantidade de visitantes em Pirenópolis durante a Festa do Divino Espírito Santo, divulgada basicamente por aqueles “que comentam com fulano e sicrano, ou que pesquisam a respeito”. Segundo João Paulo, a cidade ainda não atingiu o seu ápice em termos de turismo, mas receberia um número imenso de visitantes se houvesse um trabalho forte de divulgação a seu respeito sendo realizado nacionalmente. Para ele, Pirenópolis precisa deste estímulo, porque sobrevive do turismo.

¹⁰³ Trecho da entrevista realizada com João Paulo em 08/04/2019.

O ritual das cavalhadas de Pirenópolis, por exemplo, é considerado por ele como um atrativo turístico importante, pois

é muito rico, e os cavaleiros, muito bem paramentados. Então, há uma pompa muito grande, um luxo muito grande... a armadura dos cavaleiros é uma coisa muito bonita de se ver. Eu fico brincando que, no ano passado, no lançamento do circuito cavalhadas no Palácio das Esmeraldas, lá em Goiânia, reuniu-se todas as cavalhadas do Estado, e a mais bonita, sem dúvidas, era a nossa. Não à toa, a nossa Festa já serviu de cenário para novelas, escolas de samba do Rio de Janeiro, em duas oportunidades, já tiveram como tema a nossa Festa. Então, assim, de certa forma, a Festa é muito divulgada. No ano passado mesmo, pouco antes da Festa, tinham duas fantasias antigas dos reis mouro e cristão sendo exibidas na Ucrânia. É porque é muito bonito, tudo muito bem-feito, todo mundo trabalhando com pedras, sabe?! É perfeito, maravilhoso.

3.1.6 *Padre Augusto*

Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, o pároco da Igreja Matriz, Augusto, considera a Festa do Divino Espírito Santo como uma reunião de eventos sagrados e profanos, conjugados na forma da Festa como nós a conhecemos.

Depois de relembrar as origens sagrada e profana da celebração – como apresentado na seção 1.3 deste trabalho –, o pároco contou-me o seguinte: i) “em 1826, chegou a ser Imperador um padre chamado Manuel Amâncio da Luz”; e ii) “foi ele quem trouxe a prática de colocar a coroa, e as cavalhadas”.¹⁰⁴

Refinando a explicação sobre as cavalhadas, Augusto contou que “elas retratam essa batalha entre mouros e cristãos, quando lá por volta do ano 800 d.C., 25 de dezembro do ano 800, Carlos Magno foi coroado Imperador pelo Papa Leão III. Quando ele assumiu o trono, determinou que todo o povo seria cristão”. E continua, “só que havia essa situação dos mouros que professavam a fé maometana e, assim, ocorreu esta batalha, que é retratada nas chamadas cavalhadas. Por isso doze homens vestidos com trajes de época como cavaleiros (...)”. Esta seria, portanto, uma forma de tributo aos “primeiros cristãos protetores da fé cristã”, conclui Augusto.

Dando prosseguimento à conversa, Augusto observou que não só o ritual das cavalhadas foi integrado à Festa após as primeiras edições do evento em Pirenópolis, como processo semelhante aconteceu também com o teatro das pastorinhas:

uma encenação natalina, em que as pastorinhas cantam o nascimento de Jesus, são vários versos que retratam este nascimento. Por volta de 1922, Alonso Telegrafista vai trazer do nordeste esta celebração para Pirenópolis. Neste momento, era Imperador também um coronel chamado Joaquim Mendonça.

¹⁰⁴ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

Então, elas, com o tempo, vão ser inseridas no contexto da Festa do Divino. Elas se apresentam às vésperas de Pentecostes, normalmente no sábado e na sexta anteriores a Pentecostes. Em 1923, o maestro Propício de Pina vai acrescentar nas apresentações das pastorinhas três personagens, que representam a fé, a esperança e a caridade; normalmente, são três criancinhas que cantam a importância da fé, a importância da esperança e a importância do amor, também transcrito como caridade”.¹⁰⁵

Além destes dois festejos, mais duas outras celebrações teriam sido integradas à Festa *a posteriori*: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito. Enquanto o primeiro acontece na segunda-feira “após a Festa do Divino ou Pentecostes”, o segundo – “antigamente chamado de Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos” –, desdobra-se na terça-feira subsequente.

Estas duas “festas”, explica ele, “eram festas próprias e que favoreciam a participação dos escravos, uma vez que, mesmo quando Pirenópolis ‘começou’, a abolição ainda não havia acontecido. A cidade foi descoberta no tempo do ciclo do ouro, e a abolição só vai acontecer no dia 13 de maio de 1888.”¹⁰⁶

Acrescenta que “os escravos ainda não tinham participação no meio, entre aspas, dos brancos; por isso, eles tinham que ter celebrações próprias. Até porque, quando a cidade começou, eles tiveram que construir uma Igreja para eles, embora tenham sido a mão de obra que ajudou a levantar a Igreja principal, de Nossa Senhora do Rosário”.

Portanto, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito “eram festas próprias dos escravos e dos negros forros. Forros, porque tinham uma carta de alforria, ou seja, não eram mais escravos. A carta era uma declaração de liberdade”.

A conversa continua com Augusto dando uma explicação detalhada sobre a estrutura ritual de cada um destes dois festejos:

Na segunda-feira, acontece o Reinado, que começa com um cortejo. Aí, o juiz e a juíza de São Benedito vão à residência do rei e da rainha de Nossa Senhora do Rosário buscá-los. Eles vêm em cortejo para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, onde acontece a missa e, logo após, o cortejo sai para a residência do rei e da rainha de Nossa Senhora do Rosário, onde há a distribuição de doces e alimentos. Na terça-feira, acontece o Juizado de São Benedito. Agora, o rei e a rainha de Nossa Senhora do Rosário vão à residência do juiz e da juíza de São Benedito e, após este momento do cortejo, há a distribuição de doces e assim por diante, que retrata o início da Festa, a intenção da rainha em distribuir donativos. É claro que hoje não se trata simplesmente de doar aos desprovidos, mas à toda a comunidade.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹⁰⁶ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹⁰⁷ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

Isto teria dado à Festa um “caráter novo”, pois ela não seria mais restrita ao público branco, pertencendo a “todo o povo”.

Depois de contar um pouco mais sobre os festejos anexados à Festa a posteriori, Augusto decidiu que falaria sobre o domingo de Pentecostes. Neste dia, “há um cortejo que sai da casa do Imperador até a Igreja Matriz, onde acontece a santa missa, que é entoada com cânticos em latim pelo Coral de Nossa Senhora do Rosário, acompanhado também de uma tradicional banda secular, a banda Fênix”.¹⁰⁸

Após a missa, “acontece novamente o cortejo; agora, voltando para a casa do Imperador, onde também há a distribuição de alimentos e doces. Um detalhe da Festa do Divino em Pirenópolis, é que o Imperador é coroado”. Além disso, “a casa do escolhido como Imperador se torna um lugar de visitação pública, aonde as pessoas vão para venerar a coroa do Divino Espírito Santo e deixar contribuições e donativos para que o Imperador possa reverter para a própria comunidade”.¹⁰⁹

Sobre o envolvimento da Igreja com a Festa, Augusto explica que “ela [a Igreja] tem um envolvimento bem particular, uma vez que a festa surge no seio da Igreja”. E, prossegue, “é claro que, com o tempo, ela foi se adaptando ao costume popular, à contextualização da cultura popular, ganhou características próprias; assim chegam as folias, por exemplo”.¹¹⁰

As folias, segundo ele, “são orações, cantorias, celebrações, de certa forma, festivas, que visam preparar o povo, a cidade, para a maior festa, que é a Festa do Divino Espírito Santo. Por isso que fala que se ‘gira a folia’. Então, hoje, em Pirenópolis, há quatro folias – três em honra ao Divino Espírito Santo e uma em honra à Santa Bárbara, por quem os pirenopolinos têm grande devoção”. Sobre as folias em honra ao Divino, ele acrescenta que “elas precisam acontecer antes da novena do Divino, antes da novena de Pentecostes (...)”.

O símbolo principal das folias, é claro, é a bandeira do Divino, e as pessoas que tenham a participação na organização da folia são chamados os foliões, e os demais, são os visitantes. As folias percorrem todo o município. Então, as pessoas abrem as portas dos seus lares, das suas fazendas, das suas chácaras, para receber a folia. Lá acontecem as orações e são rezados os santos terços, as santas missas, e depois tem um momento de confraternização, onde tem a janta, onde tem o almoço, é um costume da região dançar a catira e assim por

¹⁰⁸ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹⁰⁹ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹¹⁰ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

diante. Temos a folia mais antiga, chamada comumente de folia tradicional, e como ela foi crescendo muito, foram sendo acrescentadas certas coisas que não faziam parte da essência dela. Então, a Igreja achou por bem criar uma nova folia, para tentar restaurar [a ordem], voltar a origem. Por isso que surgiu, então, a folia chamada renovação cristã, que é chamada, entre aspas, de ‘folia do padre’. (...), mas todas as três folias têm as bandeiras do Divino, procuram honrar o próprio Espírito Santo e têm como característica principal essas cantorias que honram o Divino, que agradece aos donos da casa, que agradece a boa comida, são em versos livres, né?! Nós não vamos encontrar um texto que retrate essas cantorias. Eles [os foliões] chegam na casa de alguém e, se eles [os donos da casa] colocaram a imagem, não sei, do divino pai eterno, eles [os foliões e violeiros] vão entoar um cântico ali nos versos, que retratam o divino pai eterno, e assim por diante.¹¹¹

O papel da Igreja com relação às folias é, portanto, o de “acompanhar de perto cada uma delas para trabalhar a volta à sua essência, que é o que eleva a alma a Deus, santifica e realmente promove a verdadeira conversão”.

Além disso, ao ser perguntado sobre a relação dos “festeiros” e “foliões” com a bandeira do Divino – pela qual demonstram respeito e admiração –, Augusto explicou que o pirenopolino:

é muito tocado por sinais. Fazendo uma contextualização, uma coisa é eu pedir para a pessoa, por telefone, que reze por alguém, mas outra coisa é quando eu levo aquela foto, daquela pessoa, e digo ‘padre, reza por esse meu filho, ele não pôde vir, mas está aqui a foto dele’; às vezes, coloca até a fotografia daquela pessoa no altar, para que, assim, possa trazer a presença daquela pessoa. Então, a bandeira é um sinal. Quando as pessoas a beijam, na verdade, aquele ato de beijar não é simplesmente aquela matéria prima, aquele tecido em si, mas uma forma delas saudarem aquilo que aquela bandeira representa, a quem aquela bandeira representa, que é o Divino Espírito Santo. Então, quando tocam, beijam, faz parte da cultura nossa o tocar, não é?! Então, tem uma imagem, uma bandeira, eu toco, no sentido, assim, ‘eu toco para me sentir tocado’. É um pouco da nossa própria cultura também, é como se, naquele momento, elas [as pessoas] se sentissem abençoadas pelo próprio Divino Espírito Santo, simbolizado ali naquela imagem. É comum quando a gente coloca a imagem de um Santo na nossa casa, ou até mesmo a fotografia de pessoas que nós amamos, da nossa mãe e do nosso pai, sempre que a gente chega, a gente se sente feliz, toda vez que contemplamos aquela fotografia, porque, automaticamente, nos traz a memória daquelas pessoas que nós amamos”.¹¹²

Além das mudanças que já foram citadas, ele complementa com o seguinte: “graças a Deus, a gente percebe que a Festa tem crescido. Essa Festa já é conhecida até em nível internacional, porque ela é tombada como um patrimônio histórico imaterial. Então, é claro que tem aumentado o volume de pessoas que vêm, tanto para estudar, quanto para rezar ou ver o que é. Então, é claro que se torna cada dia mais desafiador, porque toda a Festa é trabalhada em cima de donativos”.

¹¹¹ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹¹² Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

É claro que sempre se tem feito um trabalho com o governo do Estado, com suas diversas secretarias, tanto do governo, quanto a Prefeitura, para liberarem certos fundos para ajudar a custear a Festa em si. É claro, à medida em que o tempo passa, Pirenópolis vai se tornando mais conhecida por seus costumes, além de suas belezas naturais. É claro que, se aumenta o fluxo [de turistas], por um lado, a gente fica tranquilo por perceber que o povo em si preza muito pelas suas tradições, pela sua cultura, mas por outro a gente fica preocupado, porque, como ela está crescendo, os desafios, é claro, aumentam, mas até o presente momento Deus tem abençoado, Deus tem conduzido, e as coisas têm corrido com serenidade; também, porque a gente conta com o apoio de outras instâncias, a Igreja conta com esse apoio, tanto do governo, quanto da Prefeitura, até de parte da polícia militar e civil, e do corpo de bombeiros. Então, todos se unem para que possam acolher bem as pessoas, e para que as pessoas possam fazer essa experiência de Deus, e também, por que não, uma experiência cultural... querendo ou não, é também uma volta às nossas origens, é uma volta à nossa cultura. Por exemplo, no Reinado de Nossa Senhora do Rosário e no Juizado de São Benedito têm os congos e as congadas, que retratam a participação dos índios, dos negros, cânticos próprios que eles entoam. Então, querendo ou não, é uma volta também às nossas origens, como tudo começou, como esse povo simples cantava a fé, uma vez que muitos eram analfabetos e não sabiam ler, nem escrever. Então, aí a gente vê a sabedoria dos missionários, de ajudá-los a compreender Deus através do cântico. Então, um cântico simples, por exemplo, que os irmãos da congada entoam, ‘entrou na casa de Deus, ajoelha’. Então, o cântico deles era apenas esse, mas o que estava sendo ensinado para eles? O respeito ao sagrado, ao Divino... Eu não posso entrar no templo sagrado dedicado a Deus de qualquer forma. Então, foi assim que eles aprenderam. Outro cântico também simples: ‘eu estava com Jesus na mesa da comunhão. Jesus entrou na minha alma e eu ganhei a salvação’. Então, uma coisa simples, mas que retrata o que? Quanto mais eu busco a comunhão com Deus, mais eu me aproximo da salvação. Então, foi uma forma simples deles aprenderem a seguir a Deus. Então, isso graças a Deus, hoje é conservado. Esse ano, nós tivemos a graça de contemplar as nossas crianças entoando os cânticos em latim. Então, percebemos que, apesar deste crescimento, apesar das mudanças de época, tem um esforço muito real de se preservar realmente a essência da cultura, da nossa tradição, da nossa fé, e isso é muito valioso”.¹¹³

Como Augusto relacionou o título de patrimônio imaterial ao aumento do volume de turistas em Pirenópolis, seguimos a conversa por este caminho. Apesar de não ter participado de nenhuma reunião relativa ao processo de patrimonialização da Festa, Augusto contou que “a Igreja, o Iphan e a Prefeitura buscaram manter o diálogo, porque o interesse é comum, preservar o que nos é mais caro, as nossas tradições, os nossos bons costumes”.

Diferente das medidas de apoio e fomento pensadas pelo Iphan em diálogo com representantes da comunidade local, a Igreja tem atuado para preservar a Festa por outros meios. Augusto explica que eles não promovem oficinas como o Iphan, mas, por outro lado, dedicam-se a ensinar as crianças da comunidade a entoar cânticos em latim – “toda a novena é cantada em latim”:

¹¹³ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

Então, é uma forma que a Igreja tem de promover o contínuo ensaio, a contínua participação e até a renovação, ao promover o ensaio das crianças, animá-las para que elas possam aprender esta língua, porque, embora comumente seja chamada de língua morta, é, na verdade, a língua oficial da Igreja... até os documentos [da Igreja] estão em latim e, depois, são traduzidos para as línguas vernáculas de acordo com cada situação. Então, é quase uma oficina, mas tem se procurado essa parceria.¹¹⁴

Encaminha-se para o final da conversa enunciando os critérios para poder colocar o nome no sorteio ao encargo de Imperador da Festa subsequente. Os desejantes devem: i) professar a fé em Deus; ii) “ter uma certa residência em Pirenópolis, porque vai desenvolver toda sua missão aqui”; e iii) “gozar de ‘boa fama’ no meio dos demais, porque o Imperador vai receber a ajuda do povo”.¹¹⁵

Em Pentecostes, são sorteados os “mordomos” e o Imperador, “que é empossado no Corpus Christi. Então, na próxima solenidade que teremos, que é a solenidade de Corpus Christi, o antigo Imperador passa a coroa para o novo ocupante do cargo. Então, no Corpus Christi, na missa da noite, ele será coroado e, ali, naquele momento, já vai começar a desenvolver os seus trabalhos em preparação para a Festa do ano seguinte”.¹¹⁶

Para terminar, Augusto explica que nem todas as pessoas têm a coragem de colocar o nome no sorteio “como se colocava comumente”, “porque é uma Festa muito grande, que cobre a cidade inteira”:

Antigamente, quem assumia essa Festa eram pessoas de uma classe social maior, mais abastadas; então, se restringia às vezes a famílias de sobrenomes fortes. Mas, com o passar do tempo, isso foi mudando. Então, tanto ricos, como pobres, tanto negros, como brancos, pardos, ou índios, quem quer que seja, qualquer um com tempo pode ser o Imperador do Divino. No final das contas, Deus conduz tudo, tudo dá certo. Mas, graças a Deus, tem acontecido e caminhado há 201 anos.¹¹⁷

¹¹⁴ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹¹⁵ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹¹⁶ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

¹¹⁷ Trecho da entrevista realizada com Augusto no dia 11 jun. 2019.

3.2 Breves apontamentos

Apesar de as ideias apresentadas neste capítulo tratarem de diferentes assuntos, elas se encontram quando o tema é a transformação, ou seja, todas elas tratam de transformações na Festa do Divino ao longo do tempo. O que nos fala um pouco sobre a memória e como lembramos eventos e situações localizados no passado. Também nos ensina que o tempo não é linear e está muito mais próximo, na verdade, da imagem de fluxo contínuo. Seria, portanto, o substrato a partir do qual as memórias são criadas.

Em suma, falar de transformações na Festa é tratar também da trajetória de vida de cada um dos interlocutores, que se mistura com a história de Pirenópolis, da Festa do Divino, dos que “saem de mascarado” etc. Falamos, ao longo deste capítulo, das transformações nas roupas dos cavaleiros das cavalhadas, das transformações no lugar onde ocorre as cavalhadas, das transformações no número de turistas em Pirenópolis no momento da Festa, das transformações na forma e no modo de se produzir artesanato, enfim, de transformações, em última instância, da “tradição”.

Com isso, nasce o interesse em falar sobre a salvaguarda da Festa, além de pensar a política pública do patrimônio cultural. Pois preservar a “tradição” parece ser o que de melhor o Estado pode fazer neste caso. Ali, em meio àquele conhecimento, àquela forma de produzir e “brincar”, estão as memórias de todo um grupo, as memórias e as histórias de um coletivo de pessoas diferentes entre si, com experiências de vida que destoam mais ou menos daquelas experimentadas na modernidade.

Porém, salvaguardar ou proteger o patrimônio imaterial é tarefa nada fácil, pois envolve preservar na mudança, preservar o que não pode ser colocado no museu ou restaurado ao modo de uma fachada de prédio. A solução encontrada para salvaguardar o patrimônio imaterial, portanto, foi apostar nas políticas de apoio e fomento do patrimônio cultural, apostar na equipe multidisciplinar para acompanhar os efeitos do registro a longo prazo e apostar em um “Plano de Salvaguarda” produzido em coletivo. Pois o título de patrimônio cultural, além de produzir outros efeitos, agrega valor ao patrimônio e contribui para reorientar os interesses de “festeiros”, visitantes etc.

4. Considerações Finais

Este trabalho é fruto da proposta de reunir alguns dos conhecimentos que adquiri, durante a graduação em Antropologia, sobre o campo do patrimônio cultural. Além disso, decidi enveredar por esta área do conhecimento para enriquecer a minha bagagem intelectual com ferramentas que só a Antropologia poderia me oferecer.

Concluído este trabalho, arrisco dizer que este objetivo foi alcançado, pois a Antropologia fornece, para aqueles dispostos a aprender com ela, um arsenal metodológico e teórico robusto para lidar com questões relativas à própria humanidade.

Além do mais, encaminhar a análise antropológica a partir da observação participante da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, ensinou-me não só que festas populares organizam o tempo e o espaço de cidades inteiras, como também me mostrou que a dimensão religiosa da experiência continua a ser central para entender as múltiplas imagens de Brasil que coexistem.

Uma Festa que envolve reis, rainhas e o Espírito Santo é, hoje, uma das principais catalisadoras de investimento público e capital externo para uma cidade de pouco mais de 20.000 habitantes, localizada no interior do estado de Goiás. Estes fatos reunidos nos dão a real dimensão da importância da cultura popular para a vitalidade de regiões inteiras.

A população de Pirenópolis, como vimos, tem procurado adaptar-se às exigências do mundo moderno para continuar praticando a “tradição”. A cidade tem sido reorganizada para receber um fluxo de turistas cada vez mais intenso, e os “festeiros” da Festa têm aproveitado a oportunidade para consagrá-la como um símbolo representativo do estado de Goiás e parte constitutiva do repertório cultural brasileiro.

Neste sentido, o título de Patrimônio Cultural do Brasil conferido à Festa em 2010 faz parte do conjunto de variáveis que concorrem para reorientar os interesses de “festeiros” e turistas que decidem visitar Pirenópolis na época da Festa.

Muitas transformações foram observadas ao longo dos anos pelos seis interlocutores com os quais conversei; conquanto múltiplas, todos foram unânimes em reconhecer o aumento do fluxo de turistas na cidade nos últimos anos.

5. Referências Bibliográficas

- ANGELO, Elis Regina Barbosa. As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res)significação da cultura. Em: *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico*.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978. 163 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalcadas de Pirenópolis – um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.
- BRUNER, M. Edward. The Representation of Slavery and the Return of the Black Diaspora. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 98, No. 2 (Jun., 1996), pp. 290-304.
- CANCLINI, Néstor García. *Transforming Modernity: popular cultures in Mexico*. University of Texas Press: 1993.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar: 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- FREIRE Victor e SILVA Kelly. Em busca de associações perdidas? Notas sobre híbridos, simetria e romantismo nas políticas de salvaguarda de bens culturais imateriais no Brasil. *Museologia & Interdisciplinariedade* Vol. 6, nº I, Jul./Dez. de 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Dossiê IPHAN 17 {Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás}* Brasília, DF: Iphan, 2017.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, DF: Iphan, 2006.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois – Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 2003-2010*. Brasília, DF: Iphan, 2010.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações – Ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018*. Brasília, DF: Iphan, 2018.

LIMA, Joaquim Maná de et al. Observações sobre o processo de patrimonialização dos Kene Huni Kui. Em: *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

LINS, Artur André. Diversidade, Desenvolvimento e processos de commodificação da “cultura” – O papel normativo da UNESCO na difusão dos modelos de indústrias criativas. *XX Seminário Interno de Pesquisa do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB)*.

LINNEKIN Jocelyn e HANDLER Richard. Tradition, Genuine or Spurious. *The Journal of American Folklore*, Vol. 97, No. 385 (Jul.-Sep., 1984), pp. 273-290.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. Conferência Magna. 2012.

NAS, Peter J. M. Masterpieces of Oral and Intangible Culture – Reflections on the UNESCO World Heritage List. *Current Anthropology* Volume 43, Number I, February 2002.

PEREIRA, Niomar de Souza. *Cavalcadas no Brasil: de cortejo a cavalo a lutas de mouros e cristãos*. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Número 24/ 1996.

SILVA, Bruno Goulart Machado. Cultura popular, turismo e patrimônio nas cavalcadas de Pirenópolis. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 6, p. 69-95, jan./jun. 2018.

SILVA, Adriana de Oliveira Silva. A folia do Divino: experiência e devoção em São Luís do Paraitinga e Lagoinha. *Disertação* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

SPHAN *próMemória* 44. Novembro/dezembro de 1988.

SPINELLI, Céline. Cavalhadas em Pirenópolis: Tradições e Sociabilidade no Interior de Goiás. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 59-73, 2010.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, Jul./Dez. 2005, p. 13-36.

VIANNA, Hermano. Tradição da Mudança: A Rede das Festas Populares Brasileiras. *Revista do Patrimônio*, nº 32, 2005.

Ofício nº 288/2019/COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO-IPHAN

A Sua Senhoria a Senhora

Flávia da Costa Ferreira Mendonça

Universidade de Brasília - Departamento de Antropologia

Prédio do Instituto de Ciências Sociais - Campus Universitário Darcy Ribeiro

70.910-900 - Brasília/DF

Assunto: Pesquisa Acadêmica - Festa do Divino Espírito Santo, Pirenópolis/GO

Referência: Caso responda este, indicar expressamente o Processo nº 01516.000260/2019-56.

Senhora Pesquisadora,

Notificamos o recebimento de Ofício solicitando participação nas reuniões de salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo, de Pirenópolis/GO, para fins de realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais-Antropologia, da Universidade de Brasília.

Cumpre destacar que salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável, atuar para melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência. O plano de salvaguarda consiste em um planejamento estratégico baseado no diagnóstico e nas recomendações de salvaguarda arroladas no processo de registro. Esse planejamento é elaborado e executado com base na interlocução continuada ente Estado e sociedade - de ampla interlocução com grupos, comunidades ou segmentos sociais diretamente envolvidos nos universos culturais em questão. Ele é elaborado de acordo com a instrução do processo de registro, dos inventários realizados, das pesquisas complementares e entendimentos preliminares com os agentes diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão. Propõe ações de valorização das pessoas e a garantia de boas condições de produção e reprodução desse bem, em seu contexto sociocultural e histórico.

Em relação à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, o comitê de salvaguarda já está devidamente constituído. A quantidade, perfil e representatividade de seus componentes foram definidos em conjunto, após reuniões com os detentores, no exercício democrático que é inerente a tais coletivos. O plano vem sendo construído a várias mãos e as ações a serem executadas pelo Iphan para sua preservação e promoção são derivadas dos entendimentos pactuados em tal comitê.

Entretanto, como exposto, o comitê tem uma atribuição específica na construção coletiva do plano, e é este o foco dos encontros. Sua construção é um processo, cujo protagonismo dos detentores é resguardado. Desta forma, as reuniões não devem possuir outros objetivos, senão ao qual se propõe. Tendo em vista o tema de sua pesquisa - os efeitos do registro - , entendemos que o referido fórum não é a instância apropriada para tal discussão, justamente pela necessidade de se objetivar as pautas dos encontros, garantindo voz aos detentores.

Colocamos à disposição para contribuir com o que for possível para a realização da pesquisa, cuja temática será abordada nos estudos para a validação da proteção do bem que temos desenvolver a posteriori, a partir do momento em que as ações iniciais de salvaguarda forem implementadas.

Atenciosamente,